



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 704 - DE 17 DE DEZEMBRO A 6 DE JANEIRO DE 2024 - R\$ 5,00

Abaixo a ditadura civil de Milei-Bullrich!

A CLASSE OPERÁRIA E DEMAIS OPRIMIDOS DA AMÉRICA LATINA DEVEM SE COLOCAR EM DEFESA DOS EXPLORADOS ARGENTINOS CONTRA A DITADURA CIVIL DE JAVIER MILEI E SUAS CONTRARREFORMAS ANTIPOPULARES E ANTINACIONAIS

Pela retirada imediata das Forças Armadas sionistas da Faixa de Gaza!

**Pelo fim da guerra na Ucrânia,
Por uma paz sem anexação!**

Próximo de completar um ano, o governo Lula se encontra completamente submetido às oligarquias e ao capital financeiro

PÔR EM PÉ UMA OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA SOBRE A BASE DE UM PROGRAMA DE DEFESA DOS EXPLORADOS E DA ESTRATÉGIA DA REVOLUÇÃO SOCIAL

Partido Operário Revolucionário da Argentina, em posição de luta, contra o governo fascistizante de Milei

O lugar da América Latina na crise mundial

A luta proletária pela superação da crise de direção

A eleição do ultradireitista Javier Milei na Argentina e a retomada da Venezuela de retirar Essequibo do controle da Guiana emergiram como dois conflitos que refletem e impulsionam a crise por que passa a América Latina.

O Brasil ainda se ressentido da tentativa de golpe de Estado organizada pela ultradireita chefiada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. No Chile, afunda o governo da esquerda democrática que se propôs a reformar o Estado por meio de uma Constituinte e afastar as forças pró-pinochetistas do comando do país. A burguesia peruana, para firmar o governo nascido de um golpe, teve de esmagar a rebelião das massas. O retorno do MAS na Bolívia, depois da queda do governo Evo Morales, não logrou impulsionar a economia, fortalecer as bases do indigenismo reformista, e seu governo vive sobressaltado pelas divisões em suas próprias fileiras. A passagem do poder do Estado na Colômbia para a esquerda democratizante não resultou em nenhuma mudança significativa que melhorasse as condições de vida das massas e o governo se bate em meio às divisões interburguesas.

É nesse marco que a crise geral não tem permitido a estabilização de nenhum dos governos e se potenciam as tendências da luta de classes.

Em particular, na presente situação, o plebiscito realizado pelo governo Nicolás Maduro em favor de recuperar a região de Essequibo, que historicamente lhe pertencia, trouxe a sombra de uma possível conflagração militar. Os Estados Unidos imediatamente reagiram com sobrevoos na região, “ofereceram” ajuda ao governo da Guiana e se mostraram dispostos a instalar uma base militar no país. O governo Biden acionou sua diplomacia para que Organização dos Estados Americanos (OEA) condenasse a Venezuela. O Brasil movimentou a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC) para tomar a frente das negociações, de forma a não condenar, nem defender a Venezuela. Realizou-se o primeiro encontro em que se arrefeceu a retórica do confronto, mas não se achou uma solução. Os Estados Unidos estão com o controle das reservas marítimas de petróleo localizadas nas proximidades de Essequibo. O que significa que o conflito não se limita à Venezuela e Guiana. O imperialismo, que desde a constituição do governo de Hugo Chaves, procurou derrubar o regime nacionalista justamente por estar de posse de uma das maiores reservas do mundo e estatizar a indústria petrolífera, logo deu seus sinais bélicos diante da reivindicação venezuelana. Não se sabe ainda qual será o alcance do plebiscito do ponto de vista prático, mas se sabe que foi reaberto um antigo conflito de fronteiras que, se desenvolvido, conduz à guerra. Aí estão presentes os interesses do imperialismo norte-americano, que se sobrepõem à Venezuela e Guiana, e à América do Sul como um todo.

A crise na Argentina tem um enorme peso para a América Latina. Ao longo dos anos sua economia vem acumulando regressões e empurrando as massas para a pobreza e miséria. As primeiras medidas de Milei consistem em ataque direto aos trabalhadores e em proteção ao capital financeiro. Diante da possibilidade do Polo Operário reagir e a resposta das massas se chocar com o governo logo de início, a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, emitiu um “protocolo para a manutenção da ordem pública”, que proíbe as manifestações. Já está explícita a

ditadura de Milei. Um regime de força é a condição para impor as contrarreformas antioperárias e antinacionais.

Na Europa, a guerra na Ucrânia permanece no impasse. O fracasso da contraofensiva de Zelensky reforçou as posições conquistadas pela Rússia. Em contrapartida a autorização para as tratativas de incorporação da Ucrânia na União Europeia, bem como da Moldávia e da Geórgia, aprovada na reunião de Bruxelas, é sinal de recrudescimento da crise e da escalada militar.

Na Faixa de Gaza, o Estado sionista ignora a posição da ONU, aprovada por imensa maioria, de cessar-fogo. As manobras dos Estados Unidos para que o governo sionista de Israel diminua a intensidade do massacre dos palestinos e se coloque por uma perspectiva de solução, que seria aceitar a formação de um Estado palestino, visa a manter os governos árabes subordinados à estratégia de dominação norte-americana. As mobilizações massivas isolaram Israel e não permitiram o alinhamento da maioria das nações ao expansionismo colonialista da burguesia sionista. Os próprios analistas que servem ao imperialismo passaram a reconhecer que a liquidação do Hamas não será fácil, exigirá o prolongamento da intervenção por muito tempo e a manutenção da matança de civis em grande escala, que já atingiu em apenas dois meses de bombardeios, 18 mil palestinos, a maioria de mulheres e crianças. A manutenção da intervenção militar e a anexação da Faixa de Gaza implicará avançar ainda mais no controle da Cisjordânia. O que dificultaria e provavelmente impossibilitaria aos Estados Unidos de sustentar os seus aliados árabes em torno a seus interesses gerais no Oriente Médio, que conta com a ofensiva da China na região. O movimento de massa mundial tende a refluir com o tempo, uma vez que suas direções não expressam o programa da autodeterminação e os métodos da luta de classes. O Estado sionista e os Estados Unidos contam com o arrefecimento dos protestos que estão indicando o curso da luta dos explorados contra a dominação imperialista.

A incorporação da América Latina à crise mundial é mais uma frente de conflito que, no momento, não interessa aos Estados Unidos. Mas, a força dos acontecimentos está indicando que os governos democratizantes não encontram solução para a decomposição econômica e social, e que vão cedendo lugar a governos fascizantes, como é o caso de Milei. Tudo indica que a luta de classes na Argentina chamará a atenção dos explorados latino-americanos, e em particular a dos brasileiros.

Emerge das condições objetivas dos impasses do capitalismo senil e das tendências de luta dos explorados o programa da revolução social. As direções sindicais e políticas adaptadas à política burguesa democratizante tudo fazem para que a classe operária não se desperte das travas que impedem sua evolução no campo da independência de classe. Mas, o colaboracionismo colide com as necessidades mais elementares dos explorados. A luta da vanguarda por construir o partido revolucionário tem a seu favor as condições objetivas da crise mundial e nacional. A tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, obriga a vanguarda com consciência de classe a lutar sob o programa da revolução social, proletária, socialista. É por esse caminho que se trava o combate às guerras de dominação e amadurecem as condições para sua transformação em guerras de libertação.

Explosão do contingente de moradores de rua

Como combater a barbárie social

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apurou que o número de moradores de rua saltou de 21.934 para 227.987. O salto de 935,31% se deu em uma década, de 2013 a 2023. O IPEA detalha vários aspectos, como procedência, nacionalidade, cidade, idade, raça etc. Destacamos raça e idade. Os pretos correspondem a 69%; jovens de 18 a 29 anos, 15%; meia idade de 50 a 61 anos, 22%; idosos, 3,4%; crianças e adolescentes, 2,5%. É sintomático também o número de migrantes em situação de rua, 4,7%, em termos absolutos, 10.586.

Como se constata, ao contrário de diminuir a situação subumana a que são submetidos milhares de trabalhadores, em curto espaço de tempo, houve uma explosão. As causas mais evidentes apontadas pelos analistas. Dizem: “As causas do problema estão na exclusão econômica, que envolve insegurança alimentar, desemprego, e déficit habitacional; ruptura de vínculos familiares; e questões de saúde, especialmente de saúde mental.” A pesquisa também detalha os casos: ruptura familiar, 47,3%; desemprego, 40,5%; alcoolismo e outras drogas, 30,4%; perda de moradia, 26,1%. Esses números dizem respeito aos moradores de rua cadastrados. Tudo indica que o contingente pode ser ainda maior.

É preciso, para se ter uma noção mais completa do significado social de tantos moradores de rua e das causas que têm provocado a sua escalada, indicar que a imensa maioria que tem abrigo vive em precárias moradias nos bairros operários, nas favelas e nos cortiços. O desabrigado é uma extensão dos milhões e milhões de brasileiros mal abrigados e muito mal abrigados. Os despejos de famílias que não podem pagar o aluguel são parte desse imenso problema, que é o da habitação.

Na base das condições subumanas que se refletem nos bairros pobres, nos barracos das favelas, nos esgotos a céu aberto, na falta de água potável, enfim, no despejamento total dos moradores de rua, estão o desemprego, o subemprego, a informalidade, o salário mínimo de miséria e os ganhos abaixo do salário mínimo. As rupturas familiares, os desequilíbrios mentais e as drogas são manifestações dessa base material. São fatores econômicos, sociais e orgânicos completamente interligados. Até aí, os analistas mais sérios podem chegar, como críticos da “exclusão social” e defensores de políticas públicas que impliquem a “Inclusão social”. O problema está em ir às raízes desse encadeamento causal, que leva ao fenômeno da pobreza, da miséria, da fome, das desintegrações familiares, das drogas e toda sorte de males psíquicos.

A noção de “exclusão social”, bem como a de seu oposto, surgiu como um malabarismo para ocultar as causas fundamentais da pobreza e da miséria que abarca a imensa maioria oprimida. Por esse caminho, não apenas não se chega ao fundamento capitalista da exploração do trabalho e da acumulação de riqueza que se concentra em poder de uma minoria burguesa, como se desvia do objetivo de encontrar as reais soluções. A “inclusão social” não responde às causas fundamentais da pobreza e da miséria, justamente porque funciona como um desvio das soluções obrigatórias.

Não há como incluir as massas trabalhadoras nos benefícios econômicos e civilizatório do modo de produção capitalista de exploração do trabalho. A minoria exploradora exclui materialmente a maioria explorada dos excedentes de riqueza produzida, dando-lhe acesso apenas ao necessário para a reprodução da força de trabalho. Os assalariados que têm um emprego que lhes possibilita alcançar um valor para ter uma moradia, pagar um aluguel, comprar o necessário, instruir minimamente os filhos etc., são considerados incluídos. Mas aqueles que perdem o emprego, recorrem ao subemprego e passam a ganhar o suficiente para se manter na miséria passam a ser excluídos. Chegam ao limite da pobreza absoluta, ou caem abaixo dessa linha sociologicamente definida pela economia burguesa.

Segundo essa mesma sociologia, como é inevitável a existência dos “excluídos”, cabe ao Estado protegê-los e aos governos praticarem uma política de “inclusão social”. O Bolsa Família constituiu em um meio de suprir o mínimo do mínimo para que os miseráveis sobrevivam um pouco mais. A contagem oficial dos moradores de rua, que passaram a fazer parte de um cadastro, poderão ter acesso ao assistencialismo montado do cume do Estado burguês. Essa bondosa caridade passou a ser pensada no momento em que explodiu a quantidade dos moradores de rua, os grandes centros urbanos passaram a refletir em tamanho grande uma das chagas putrefatas do capitalismo, os conflitos com os comerciantes se ampliaram, as hordas de pedintes começaram a fazer parte da paisagem urbana, o tráfico se expandiu pelas vielas das cidades, a cracolândia se expandiu pelo centro da maior cidade do país e a necessidade de repressão policial se converteu em choques diários. A farsa da “inclusão social” tem servido à burguesia e aos seus governantes para mostrar aos explorados que aqueles que se acham excluídos hoje, amanhã voltarão a ser incluídos pelas mãos do Estado protetor. Mas, é como cavar com as mãos os pântanos.

A pobreza e a miséria aumentam à medida que aumenta a concentração de capital em poder da minoria exploradora. A crise estrutural do capitalismo impossibilita progressos sociais, e força a burguesia a recorrer a medidas regressivas, impondo contrarreformas antioperárias e antipopulares. As contrarreformas trabalhista e previdenciária, a lei da terceirização, o impulso ao trabalho informal e as medidas de caráter fiscal e monetária dos governos que travam ainda mais o crescimento reforçam a estagnação e empurram o país à recessão, atingindo violentamente a força de trabalho.

A pobreza e a miséria aumentam à medida que aumenta a concentração de capital em poder da minoria exploradora. A crise estrutural do capitalismo impossibilita progressos sociais, e força a burguesia a recorrer a medidas regressivas, impondo contrarreformas antioperárias e antipopulares. As contrarreformas trabalhista e previdenciária, a lei da terceirização, o impulso ao trabalho informal e as medidas de caráter fiscal e monetária dos governos que travam ainda mais o crescimento reforçam a estagnação e empurram o país à recessão, atingindo violentamente a força de trabalho. Fábricas são fechadas, sobrevivem as demissões em massa, o salário

mínimo mal alcança a cesta básica, persiste a alta taxa de desemprego, poder de compra geral das massas diminui e ressaltam os privilégios da minoria burguesa e da alta classe média.

Esse movimento de desintegração social, que vem há décadas comprometendo a economia interna, explica em geral o salto em dez anos do número de moradores de ruas e expõe o ritmo infernal do avanço da barbárie social. Há uma particularidade da crise estrutural no Brasil. A dívida pública se tornou completamente parasitária. Não serve ao Estado para desenvolver as forças produtivas. Como fator de bloqueio ao crescimento, influencia a economia em seu conjunto, cujas consequências negativas resultam em atraso e maior sacrifício aos explorados. Todos os governos da burguesia, de ultradireita, centro-direita e centro-esquerda, têm de submeter suas diretrizes gerais à sustentação do parasitismo financeiro. Não cabem ações voltadas a reformas progressivas.

A dívida pública, o saque imperialista, a alta concentração de riqueza e o predomínio do parasitismo financeiro são expressões do capitalismo semicolonial, que nunca pôde superar a vasta miséria histórica. Diante da polarização crescente entre riqueza e pobreza, e das tendências de crescimento da miséria que leva à fome de milhões, bem como da explosividade social latente, a válvula de escape é montada pela política de “inclusão social”, que não passa de distribuição de migalhas aos mais atingidos pela fome, pela ausência de moradia e pela profunda marginalização social diante da fartura manejada e consumida pela minoria.

O edifício do capitalismo semicolonial está construído sobre a base das relações de exploração do trabalho, do domínio da grande propriedade privada dos meios de produção, do controle dos ramos-chaves de produção pelo capital imperialista e da ampla pobreza e miséria da maioria oprimida. Os milhares de moradores de rua são apenas uma pequena parte da ponta do iceberg do vasto e profundo mar de pobreza e miséria. É na vastidão desse mar que se batem as massas pretas da população, as mais discriminadas, os milhões de famílias que sobrevivem com um salário mínimo ou menos, a multidão de jovens que não encontra emprego, que não estuda e nem trabalha, a multiplicidade de mulheres que carregam o maior peso da economia do lar e os contingentes de velhos trabalhadores que não contam os cuidados elementares no fim da vida.

O governo Lula é aplaudido por setores da burguesia e do próprio imperialismo por se preocupar com os “excluídos”. É apoiado pelas camadas mais pobres que dependem da política de inclusão social. E é venerado pela casta burocrática que controla os sindicatos e necessitam das migalhas que vêm do governo para continuar alimentando as ilusões de que está havendo “inclusão social” e de que é questão de tempo para os pobres ficarem menos pobres, e os miseráveis menos miseráveis. Essa política mascarada de reformista já fracassou nos dois mandatos de Lula e um e meio de Dilma Rousseff. A pobreza e a miséria não se moveram para trás, embora o assistencialismo tenha mascarado essa constatação, e continuam a caminhar para frente.

A derrocada do governo de ultradireita de Bolsonaro se deu nas condições de salto adiante do desemprego, do subemprego e, assim, da pobreza e miséria. Armou-se mais uma vez a tenda das ilusões petistas – e da gama de reformistas aliados – de que Lula irá diminuir as distâncias entre os ricos e os pobres, que os empregos voltarão e que a renda se elevará, de forma a romper a escalada

da “exclusão social”. As massas que optaram por Lula nas eleições estão na espera dos resultados prometidos. Estão sendo enganadas pelos mesmos remédios do Bolsa Família, da proteção à mulher, do combate às discriminações raciais e do reconhecimento dos direitos indígenas.

Um ano da posse de Lula, e o seu governo não faz outra coisa a não ser negociar com as oligarquias capitalistas em torno à continuidade do curso das contrarreformas aplinado pela ditadura civil de Temer e pelo governo fascista de Bolsonaro. O Arcação Fiscal, a Reforma Tributária, o Marco Temporal, o Novo Ensino Médio e a Reforma Administrativa ainda engavetada são talhados para cumprir as metas exigidas pelos credores da dívida pública, pelos banqueiros e pelo imperialismo. Os cortes no orçamento para a saúde e educação deram seus primeiros sinais. Ao contrário do governo, que se pretende ou se pretendia democrático e popular, se colocar por um programa de reformas que acabe com o império da dívida pública, com o parasitismo financeiro, com os fartos subsídios ao grande capital, com o saque imperialista, com o fechamento de fábricas, com as demissões em massa, com o salário mínimo de fome, com as contrarreformas, com as privatizações, entre outras medidas, monta mais contrarreformas que fortalecem as tendências parasitárias da burguesia e esmagam a vida dos explorados. Evidentemente, se trataria de reformas burguesas, que já não são possíveis nos marcos do capitalismo mundial em decomposição e das particularidades nacionais do Brasil.

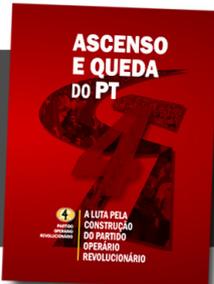
A solução do problema da pobreza, miséria, moradores de rua, marginalidade, drogas, desintegração familiar, discriminação racial passou como tarefa democrática para a classe operária e demais explorados. Faz parte do programa de expropriação da burguesia, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e da construção do socialismo. Somente com a derrubada revolucionária da burguesia, constituição do Estado operário, estabelecimento de um governo operário e camponês e rompimento com a dominação imperialista, se iniciará uma grande reforma democrática e se impulsionará as novas relações de produção socialistas. Essa é a essência do programa de erradicação da barbárie social. O que exige o desenvolvimento da luta independente da classe operária e demais classes oprimidas sob a direção do partido marxista-leninista-trotskista. O ponto de partida está em os explorados confiarem em suas próprias forças e tomarem em suas mãos as inúmeras batalhas que se travam no percurso do rompimento da dominação burguesa.

A defesa das condições de existência da maioria oprimida embasa a luta estratégica pelo poder da classe operária, em aliança com os demais trabalhadores do campo e da cidade. As reivindicações mais elementares que se voltam contra a pobreza, miséria e fome, uma vez encarnadas pelas massas, se chocam com o Estado, a ditadura de classe da burguesia e a governabilidade do capital. E exigem a organização coletiva, a democracia operária, os métodos da ação direta, a independência política e o empenho classista da direção revolucionária. Esse é o conteúdo da bandeira de Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula, que o Partido Operário Revolucionário (POR) vem propagandeando e agitando entre os explorados e nos movimentos. É preciso potenciá-la sobre a base do programa de reivindicações e da estratégia da revolução social.

ADQUIRA ▶

**COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS**




Primeiro ano do governo Lula

O canal Mesa de Debate, no YouTube, tem prestado um importante trabalho em apresentar as diferentes posições das correntes políticas em debates e entrevistas. Neste final de ano, o Canal decidiu chamar algumas correntes de esquerda para avaliar o 1º ano do Governo Lula. O POR fez parte da primeira mesa, dia 11 de dezembro, com o PCB, à LSR-PSOL e o GOI. A entrevista completa pode ser acessada pelo código QR no final desta matéria.

O POR iniciou sua intervenção expressando repúdio ao Governo Tarcísio, que se utilizou da repressão e violência policial contra manifestantes para aprovar a privatização da Sabesp. Assim, defendemos a libertação imediata dos dois jovens que naquele momento ainda se encontravam presos, bem como a revogação das demissões dos trabalhadores do Metrô. Em seguida, passamos ao tema propriamente dito, iniciando pela tese de que a situação nacional é determinada, em última instância, pela situação internacional da crise capitalista.

A primeira ideia apresentada foi de que o mundo atravessa uma profunda crise do capitalismo internacional manifesta principalmente na guerra comercial dos EUA contra a China, no armamentismo das potências e nas duas grandes guerras em curso, do Estado sionista de Israel contra a Palestina e na Ucrânia. Esse contexto de crise impacta diretamente os países de economia atrasada, como o Brasil e demais países da América Latina. É nesse contexto geral, de mudança qualitativa na ordem mundial do pós Segunda Guerra e de restauração capitalista nos países que iniciaram a transição do capitalismo ao socialismo, que emerge o terceiro governo Lula.

Portanto, foi importante mostrar que esse governo Lula-Alckmin serviu logo de início aos interesses da burguesia nacional e internacional para resolver a crise de governabilidade dos governos Temer e Bolsonaro, governos que foram impostos pela via golpista para impor as reformas exigidas pelo capital financeiro nacional e internacional na maior celeridade possível. Em parte, o atual governo está cumprindo essa tarefa, mas a governabilidade não pode ser resolvida de forma absoluta num contexto de crise profunda. Aí está porque parte dos problemas de governabilidade se manteve apesar da eleição da frente ampla. A tendência é que essa crise de governabilidade se amplie, conforme a crise se desenvolva no país.

Em seguida passamos à caracterização do governo: “É preciso dizer, que governo é esse?”. Trata-se de um governo burguês, de frente ampla, que se apoia na conciliação de classes e expressa a continuidade dos governos anteriores. Essa ideia da continuidade é fundamental, pois mostra que, do ponto de vista econômico, esse governo mantém todas as principais políticas dos governos anteriores: não revogou nenhuma das reformas impostas pelo grande capital, reforma trabalhista, da previdência e da terceirização; realizou outras, como o arcabouço fiscal e a reforma tributária; não trabalhou e nem mobilizou suas bases para barrar medidas que formalmente se coloca contra, como o Marco Temporal; além de trabalhar decisivamente para manter o parasitismo financeiro da dívida pública, que alcançou recentemente a cifra de R\$ 5,9 trilhões, e suga parte considerável da riqueza produzida no país. A tentativa de acabar com a desoneração da folha de pagamento, que foi um presente aos capitalistas dado pelo próprio PT em 2011, tem a única função de cumprir as metas estabelecidas pelo arcabouço de Haddad, ou seja, tem a função de garantir o pagamento da dívida ao capital financeiro.

Passou-se depois à discussão do aspecto social e político do governo, através do problema da conciliação de classes, que se manifesta de forma mais aberta na estatização dos sindicatos e movi-

mentos populares, que, desde antes da eleição de 2022, já serviam à candidatura da frente ampla, e depois de seu governo, impedindo a organização independente dos trabalhadores para lutar por suas reivindicações. A ideia apresentada por parte da esquerda de que era necessário eleger Lula, porque sob seu governo “seria mais fácil lutar do que sob o governo Bolsonaro”, se mostrou uma falácia completa, já que as dificuldades nesse terreno são maiores, graças ao governismo das direções sindicais e populares. A falta de generalização da luta contra as privatizações e a ausência da classe operária e demais trabalhadores, organizados nos seus sindicatos, nas manifestações em apoio à luta Palestina, são provas do bloqueio que o governismo gera no movimento social.

De passagem, o militante porista apresentou os aspectos repressivos e autoritários do governo do PT, que já tinha em seu histórico a criação da Lei Antiterrorismo, e que, agora, com a Nova Lei Orgânica das Polícias, ampliou a militarização do braço armado do Estado, dando caráter de exército em alguns aspectos, enxugando qualquer possibilidade de controle externo, subordinando a ouvidoria ao comando da própria polícia e esvaziando as Secretarias de Segurança Pública. Um ato que uniu petistas e bolsonaristas no Congresso, indo na contramão das ilusões do movimento social que grita aos ventos por desmilitarização e controle social da polícia. Assim, o governo petista fortaleceu e endureceu ainda mais uma das polícias que mais mata no mundo.

O POR concluiu sua intervenção fazendo um chamado à construção de uma Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula, que não se oriente pelas disputas eleitorais do ano que vem, mas sim pelas necessidades mais sentidas da classe operária e demais trabalhadores, ou seja, por uma plataforma própria de reivindicações, que combata esse governo no terreno da luta de classes, com os métodos próprios do proletariado, as greves, bloqueios, manifestações massivas etc. Para isso, destacamos a importância de se formar no interior dos sindicatos as oposições classistas e combativas, para varrer com essa burocracia governista traidora que se encontra encastelada nos instrumentos de luta dos trabalhadores, os sindicatos e movimentos populares.

Destacamos a posição apresentada pelo PCB, que expôs sua política e se retirou do debate em seguida, onde mostrou uma grande vacilação em relação ao governo Lula. A raiz dessa vacilação está em sua política pequeno-burguesa, que, como deixou claro, se orienta por medo do bolsonarismo, o que limita seu combate ao governo do PT. O representante do PCB ainda declarou que “se necessário” será preciso combater esse governo. Aparentemente, para o PCB a manutenção das linhas gerais da política econômica de Temer e Bolsonaro ainda não é suficiente para se opor ao governo Lula. É por isso que o combate ao governo Lula passa por combater as vacilações do centrismo, que procuram “empurrar o governo” para a esquerda, como foi apresentado pelo PCB e LSR, além de combater a ultradireita que persiste no país, apesar da derrota eleitoral de Bolsonaro. A única forma de combater esses três campos, é através de uma plataforma própria de reivindicações, centrada na defesa dos empregos, dos salários e dos direitos, com os métodos próprios da classe operária e demais oprimidos, sob a estratégia da revolução social.

Assista ao debate pelo link ou QR code

<https://www.youtube.com/watch?v=Nz9qCkhSLFo&t=675s>



Ceará

Movimentos populares em choque com o governo Elmano/PT

No dia 11 de dezembro, uma frente de movimentos populares, que luta por assentamentos, moradia, contra exploração de urânio, contra o agronegócio, contra barragens e desvio de rios, e integrada até por representantes de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, ocupou a sede do PT, em Fortaleza, reivindicando audiência com o governador Elmano de Freitas. A ocupação ocorreu após várias tentativas frustradas de diálogo com o Palácio da Abolição e logo após a manifestação realizada na manhã do mesmo dia, na praça da Gentilândia, intitulada 1ª ocupação pela casa comum.

O movimento esteve dirigido pelas organizações: Terra Liberta, Organização Popular (OPA), Articulação dos Povos, Articulação antinuclear e Teia dos povos do Ceará e realizou atos em Fortaleza, com bloqueio da Avenida da Universidade, e bloqueio da rodovia que dá acesso à barragem fronteiras, no município de Crateús. Dias antes, o movimento Terra Liberta (influenciado pelos anarquistas) e a OPA (influenciada pelo PCB) denunciaram o despejo das famílias da ocupação Nestor Makhno, no município de Massapé, dia 06/11, por ordem judicial e com a ação truculenta por parte da Prefeita Aline Albuquerque/PP e da PM de Elmano Freitas. As

famílias ocupadas aguardavam uma inspeção judicial para 14/11, mas a execução da reintegração sequer cumpriu o rito esperado. O IDACE (dirigido pelo PSOL) e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, dirigida pelo deputado Moisés Braz/PT, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Massapé, não foram capazes de uma solução, permitindo o despejo.

As lideranças suspenderam a ocupação somente após a garantia de audiência com o governador, agendada para 5 de janeiro, e prometem voltar com sua pauta de reivindicações.

Este pequeno movimento de comunidades e assentados teve, além de grande repercussão, uma enorme importância política: chocou-se com o governo petista desde a perspectiva dos explorados e desnudou, perante um setor da vanguarda, seu caráter de classe. Em particular, a ocupação da sede do PT despertou ódio e espanto na burocracia reformista. Ainda que com certa cautela e comedimento, não deixou de acusar os camponeses pobres, populares e suas famílias de 'fascistas' pela ousadia de confrontar um governo "democrático".

Elmano Freitas, ex-advogado do MST, conduzido ao governo do estado por uma ampla aliança burguesa nas eleições de 2022, não teria, e não tem, como contrariar os interesses de latifundiários, agronegócio e burguesia no estado. Ainda que proclame governar para todos, o governo burguês do PT/PMDB/PSOL desenvolve uma política de apoio aos empreendimentos empresariais e procura enganar os explorados com migalhas assistencialistas.

O POR se incorporou à campanha de solidariedade aos manifestantes e defendeu o imediato atendimento das reivindicações por parte do governo Elmano. A mobilização do dia 11 mostrou o caminho a ser seguido. A tarefa dos trabalhadores e juventude conscientes é o de impulsionar a luta dos explorados em todos os lugares por suas reivindicações e ligar estas lutas à defesa de um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios, para assegurar emprego a todos, salário vital, terra, moradia, direitos e a revogação das contrarreformas.



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Dezembro de 2023

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Boletim Nossa Classe

Sobre a entrega do Boletim Nossa Classe nas portas de fábricas

Essa semana foi dedicada à distribuição do Boletim Nossa Classe de dezembro nas fábricas do ABC. As notas contidas no Boletim chamaram a atenção dos operários. A primeira, dizia: "Demissões no setor industrial continuam crescendo. Operários mostram disposição de luta. Direções sindicais vem assinando acordos de eliminação de postos de trabalho. Defender a redução da jornada sem redução de salário, para que haja emprego a todos". Concluía

com a seguinte reivindicação: "O Boletim Nossa Classe vem atuando contra os acordos malditos de demissão. Defende a redução da jornada de trabalho, sem redução do salário para que nenhum pai ou mãe de família esteja desempregado ou subemprego. E trabalha para que os operários mais conscientes venham a constituir a oposição sindical classista, para expulsar os burocratas do sindicato e recuperá-lo para a luta". As demais notas denunciavam as

demissões na Movent, na empresa terceirizada que presta serviços à Petrobrás e finalizava com um balanço da greve na GM. Por fim, o Boletim mostrava a importância de construir a oposição sindical classista para recuperar os sindicatos para a luta.

Na CBC, o Boletim foi distribuído rapidamente. Os militantes levantaram palavras de ordem contra o massacre do Estado Sionista de Israel ao povo palestino. O que levou à aproximação de um número maior de operários, certamente, porque as colocações se opunham à campanha burguesa de criminalização do Hamas.

Na GM, a nota com o balanço da greve ganhou importância, depois do acordo traidor que impôs o PDI/PDV para cumprir o plano de demissão da multinacional. Os militantes aproveitaram para divulgar o jornal Massas.

Na Mercedes, a distribuição do Boletim Nossa Classe vem despertando interesse dos operários. Uma vanguarda se aproximou da banca do partido para ver os livros, folhetos e outros materiais. O que tem possibilitado vender o jornal na porta da fábrica.



Rio Grande do Norte

Boletim Nossa Classe em defesa da estatização da Coteminas Operários da Coteminas realizam protesto pelo pagamento dos salários atrasados

No dia 11/12, as 6h, cerca de 50 operários da fábrica de confecções Coteminas realizaram um protesto com bloqueio parcial da Av Tomaz Landim, em Natal/RN. A reivindicação é pelo pagamento dos salários e benefícios atrasados, e as verbas rescisórias dos que foram demitidos. Os operários relataram que buscaram apoio do sindicato (Sindconfecções), porém foram abandonados.

A manifestação chamou a atenção e despertou o apoio dos trabalhadores que iam para o trabalho. Uma parte da imprensa reportou o ato. No entanto, até agora os operários continuam sem resposta.

A recente promessa da parceria com a Shein, anunciada no início do ano pelo governo Fátima (PT), que supostamente traria mais empregos na Coteminas, até agora não passou de promessa. E, dia após dia, os operários, sem receber salário, vivem o drama das ameaças de fechamento da fábrica.

A fábrica possui cerca de 400 operários, mas já teve dez vezes mais trabalhadores, antes de ter sido fechada a planta da tecelagem há cerca de dez anos. A outra planta, de confecção, se encontra parada por decisão da gestão, e os operários foram mandados

para casa. A Coteminas tem fábricas têxteis e de confecções também em Blumenau/SC, Montes Claros/MG, João Pessoa e Campina Grande/PB, todas com atrasos de salários.

O presidente da Coteminas, Josué Gomes, é também o atual presidente da FIESP, e filho do ex-vice de Lula (primeiro mandato), o falecido José de Alencar. O fato de tamanha barbárie ocorrer nas fábricas de um dos principais representantes da burguesia nacional é a demonstração clara da atitude geral dos capitalistas de ataque às condições de vida da classe operária.

O Boletim Nossa Classe atuou junto aos operários, apoiando a luta, defendendo o pagamento imediato dos salários e direitos, e a estatização da Coteminas e reabertura da planta que foi fechada. O método é o de organizar a ocupação da fábrica para mantê-la funcionando. É dever dos sindicatos e centrais cercar de apoio prático esse movimento, a fim de quebrar seu isolamento e garantir a manutenção da fábrica. O fato de o atraso ocorrer em todas as fábricas Coteminas no país coloca a necessidade da constituição de um comitê nacional que coordene a luta em todas as fábricas pela garantia dos direitos e manutenção dos postos de trabalho.

Rio Grande do Norte

Trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UFRN paralisam novamente pelo pagamento dos salários atrasados

No dia 12 de dezembro, no Centro de Convivência da UFRN, em assembleia realizada pelo SINDLIMP, as trabalhadoras da empresa Criart (limpeza) aprovaram paralisar suas atividades pelo pagamento imediato do salário de novembro atrasado. Há um mês, ocorreu o mesmo movimento, quando a empresa também atrasou o salário. A presença dos dirigentes sindicais foi fruto da pressão da base para que comparecessem neste dia e encaminhassem a assembleia.

Desde as 5h da manhã, o Comitê em Defesa dos Terceirizados organizou grupos de mobilização para chamar as trabalhadoras

para o movimento. Durante assembleia, ficou evidente o autoritarismo da burocracia sindical em se irritar quando alguma trabalhadora dava sua opinião, e em não abrir espaço para que os membros do Comitê pudessem falar.

Após a aprovação da paralisação, os diretores do SINDLIMP anunciaram que precisavam se retirar para o velório de um funcionário do sindicato. Com a saída dos dirigentes, as trabalhadoras, já paralisadas, decidiram realizar uma marcha pela universidade com palavras de ordem, que finalizou no pátio da reitoria. No mesmo dia, por volta das 15h, o salário foi pago.

A luta dos trabalhadores terceirizados da UFRN tem sido um grande exemplo de uso do método da ação direta para conquistar suas reivindicações. Sua grande limitação tem sido o seu isolamento e a ausência de direções sindicais classistas que levem às últimas

consequências a luta pelas suas reivindicações. É preciso que as centrais e sindicatos organizem uma luta nacional por salários e direitos, que inclua a defesa da efetivação imediata dos terceirizados, como meio para acabar de vez com o flagelo da terceirização.

São Paulo

Intervenção do POR no Comitê contra a privatização e pela libertação dos companheiros Lucas Carvente e Hendryll Luis

No dia 10 de dezembro, a Unidade Popular (UP) convocou uma reunião no sindicato Sintaema, para constituir um Comitê de luta pela libertação dos companheiros Lucas e Hendryll, ambos militantes da UP, presos na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), por lutar contra o plano privatista do governo ultradireitista de Tarcísio de Freitas. A reunião ocorreu quando os companheiros ainda estavam presos e a Justiça já havia negado o primeiro pedido de Habeas Corpus. Hoje, 13/12, ao escrever esta nota, os companheiros foram soltos, mas terão de responder aos crimes imputados pela Justiça burguesa

Na reunião do Comitê do dia 10/12, estiveram presentes diretores dos sindicatos dos metroviários, da Sabesp, dos ferroviários, representantes da CUT, da Conlutas, movimento estudantil e outras correntes políticas. A UP deu o informe sobre a situação dos companheiros presos e depois abriu a palavra para as intervenções do plenário. Todas as falas colocaram a necessidade de lutar pela liberdade dos companheiros e continuar a luta contra as privatizações.

O grande problema é que o ultradireitista Tarcísio reafirmou seu objetivo de privatizar tudo, está usando o aparato repressivo do Estado para avançar em seu projeto privatista - já aprovou a privatização da Sabesp na Alesp; demitiu 8 diretores sindicais dos metroviários; reprimiu a manifestação na Alesp, que resultou na prisão dos quatro companheiros. Por outro lado, a direção dos sindicatos dos metroviários, dos ferroviários, e da Sabesp, que conformaram em agosto um Comitê contra a privatização e realizaram as greves do dia 3 de outubro e 28 de novembro, não deram um passo mais à frente, ampliando e organizando uma luta consequente para colocar abaixo a privatização. Essas direções ao contrário, estão canalizando a revolta dos trabalhadores e da população para a via morta da pressão parlamentar, chamando a participar de audiências públicas e iludindo as massas de que através de um plebiscito será possível impedir a privatização. Em nenhum momento, durante suas falas no Comitê, apresentaram a proposta de convocar assembleias nos três setores para retomar o caminho da greve, unificada e por tempo indeterminado, para colocar abaixo a privatização e impor por meio da ação direta a liberdade dos companheiros, o fim da terceirização no metrô, na Sabesp e CPTM, efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e a reestatização sob controle operário das linhas do metrô, da CPTM já privatizadas. No final foi aprovado uma nova reunião do Comitê para o dia 18/12 e entre várias outras propostas do plano de lutas, a realização de um ato contra a privatização e pela liberdade dos companheiros, para o dia 14/12, as 17 horas, no MASP.

O POR esteve presente e tem participado ativamente das plenárias, manifestações e das greves realizadas pelo Comitê contra a privatização desde o início. Distribuímos um manifesto com nossa posição e fizemos uma intervenção defendendo a retomada da greve unificada contra as privatizações e a liberdade dos companheiros.

Reproduzimos a intervenção do militante do POR na reunião

“Boa noite camaradas, eu falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Como já foi colocado aqui a luta pela libertação dos companheiros Lucas e Hendryll está ligada diretamente a luta contra a privatização do Metrô, da Sabesp e da CPTM. Em agosto, tivemos aqui nesse mesmo sindicato uma plenária que constituiu um Comitê contra a privatização. Foram realizadas várias atividades e uma greve no dia 3 de outubro, que mostrou a força dos trabalhadores e o apoio da população contra a privatização. No dia 28 de novembro, foi realizada outra greve, desta vez em unidade com os trabalhadores da educação, que mais uma vez mostrou a força e disposição de luta dos trabalhadores. Como resposta, o ultradireitista Tarcísio de Freitas, que já deixou claro seu objetivo de privatizar tudo, aumentou a repressão e perseguição política aos trabalhadores, demitindo 8 companheiros metroviários, aplicando advertência aos trabalhadores que fizeram a greve no Metrô e depois veio a prisão dos camaradas, a prisão de lutadores.

Portanto, está aumentando nossa pauta de luta, contra a privatização, contra a terceirização, pela reestatização de tudo que foi privatizado, pela readmissão dos companheiros demitidos e pela libertação dos companheiros presos. O que mais nós queremos para unificar a luta, para que os sindicatos convoquem assembleias em todos os setores? para unificar a luta por meio da ação direta, da greve por tempo indeterminado? Porque ficou claro também, que um dia só de greve não é suficiente para colocar abaixo o projeto privatista do Tarcísio. E aqui, nós não somos inocentes, nós temos de ter claro que as direções que vêm aqui e falam da luta pela liberdade dos companheiros, da luta contra a privatização devem chamar assembleias dos metroviários, dos ferroviários, da Sabesp, dos metalúrgicos. Hoje, fomos em São Bernardo a Movent está demitindo 190 companheiros, as metalúrgicas demitindo e onde estão as centrais, onde estão os sindicatos? não adianta vir aqui com palavreado, tem de ter assembleias unificadas, ação direta, greve por tempo indeterminado, porque a luta contra a privatização é nacional e a luta pela liberdade dos companheiros é para hoje.”

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a lutados explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Entrevista do POR ao canal Mesa de Debate sobre a luta contra a privatização e a libertação de Lucas e Hendryll

Mesa de Debate, estamos aqui com o militante do POR, eu queria saber como vocês estão vendo esse momento da luta contra as privatizações, agora que a repressão está crescendo, temos agora dois presos políticos, sem contar a Vivian e o Ricardo que estão com liberdade provisória, e qual é o caminho que vocês acham que é adequado para de fato vencer o Tarcísio e a privatização, seja de onde quer que ela venha?

POR. “Então camarada, esta reunião hoje está sendo convocada para constituir um comitê pela liberdade dos companheiros Lucas Carvente e Hendryll Luis, como parte da luta contra a privatização do Metrô, Sabesp e CPTM. Nós, do Partido Operário Revolucionário, estamos intervindo e colocando a necessidade de acreditar somente em nossas próprias forças e métodos de luta. Porque a greve do dia 3 de outubro, que unificou os metroviários, os ferroviários e a Sabesp, mostrou a força dos trabalhadores e o apoio da população. A greve do dia 28 de novembro também. Foram duas greves importantes. O governo percebeu a força que tem a classe com seu método de luta, que é a greve. Nós sabemos que o projeto privatista do Tarcísio é o mesmo do bolsonarismo e também, do governo burguês de Lula, que está financiando a privatização dos presídios, do metrô de Recife. Então é um projeto nacional.

Nós do POR estamos intervindo, como fizemos hoje aqui, defendendo a necessidade de nacionalizar a luta, e aí entra a responsabilidade das centrais e sindicatos, que estão aqui hoje nesse comitê. Os representantes da Conlutas, da CUT, dos metroviários, dos ferroviários, da Sabesp, da APEOESP e movimento estudantil estão agora diante da aprovação da privatização da Sabesp na Alesp e agora vai para os municípios; já tem o leilão da linha 7, Rubi, para fevereiro 2024, e o governo já deixou claro que não vai voltar atrás, a questão é: por que as direções sindicais e centrais não realizam assembleias em todos os sindicatos e convocam um Dia Nacional de Luta, como preparação da greve geral?

São Paulo

Realizado o ato contra as prisões políticas e fim dos processos sobre os lutadores

O ato foi aprovado pelo Comitê de Luta, em reunião no Sintaema, no dia 11, quando se encontravam presos Lucas e Hendryll. No dia seguinte, por meio de um habeas corpus, foram soltos, porém carregados de processos judiciais. O ato do dia 14 foi mantido, tendo em vista a demissão de 8 metroviários depois da greve de 3 de outubro e os processos judiciais sobre os lutadores.

Conforme decidido na reunião Comitê, a concentração ocorreu no final da tarde na Av. Paulista. No entanto, as direções sindicais não se esforçaram em convocá-lo, comparecendo apenas alguns representantes. Como os presos políticos fazem parte da Unidade Popular (UP), essa corrente este à frente do ato. Iniciou dando informes sobre a soltura dos militantes, os processos e promovendo

Essa é a tarefa colocada. Organizar uma greve geral para parar o país contra os plano de privatização dos governantes e para defender a liberdade dos companheiros presos. Sabemos que a liberdade dos companheiros e o combate à privatização não se conseguem através de plebiscito, através de consultas ou convencimento de parlamentares. A Justiça burguesa vai fazer o que o governo Tarcísio mandar, que é prender, reprimir, demitir e demais medidas repressivas. Então, a classe operária e demais explorados devem usar os seus métodos de luta, a ação direta, para combater a privatização e impor a liberdade aos companheiros. A APEOESP informou que o governo demitiu 90 mil professores categoria O (contratados), e os dirigentes vêm no Comitê falar em marcar um ato para o dia 15/12. É para hoje. Cada sindicato que realmente defende a classe deve convocar assembleia para organizar a luta da classe operária, dos camponeses, indígenas – que estão sendo massacrados e demais explorados. Trata-se de uma luta Nacional, para impor nosso programa próprio de reivindicações, colocar abaixo o governo burguês, e constituir nosso próprio governo, operário e camponês, a ditadura do proletariado. Enquanto existir o governo burguês e a burguesia controlando os meios de produção, fábricas e terras, prevalecerão o desemprego, miséria, a barbárie.

É nesse sentido que o POR trabalha nos comitês, chamando a constituir uma frente única de luta nacional, uma frente única anti-imperialista, porque a luta contra a privatização é uma luta contra o imperialismo, é uma luta contra o capital financeiro. O Tarcísio é um representante da burguesia, do capital financeiro. Esse comitê deve se estender para todos os bairros, fábricas, escolas e universidades de todos o país. É através dos organismos próprios e do método da ação direta, que iremos impor nosso programa próprio aos capitalistas e seus governos.

um jogral. Reafirmou a importância da luta contra as privatizações e pela readmissão dos metroviários demitidos. Em seguida, os manifestantes fizeram uma passeata, sem contar com um carro de som, e encerrando na Praça dos Ciclistas.

O POR interveio na reunião do Comitê de Luta e atuou na manifestação do dia 14, com o Manifesto e o Jornal Massas. Ressalta que é fundamental que o Comitê faça um balanço desse ato, no sentido de corrigir a política das direções sindicais que não se empenharam em organizar uma manifestação massiva em defesa do direito de manifestação, de greve, pelo fim dos processos aos lutadores e pela readmissão dos oito metroviários.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Manifesto do POR distribuído na reunião do Comitê de Luta e no ato do dia 14

Tarcísio recorre à repressão para aprovar a privatização da Sabesp

Responder com os métodos próprios dos trabalhadores o plano entreguista do governador bolsonarista

A privatização da Sabesp foi aprovada na Alesp no dia 6/12, com 62 votos favoráveis e 1 contra. Os deputados opositores não votaram. A sessão foi marcada por uma dura repressão por parte da polícia, a mando do governo, com a utilização de spray de pimenta e cassetetes, concluindo com a prisão de 4 manifestantes. Como sempre, foram autuados por lesão corporal, dano, associação criminosa, resistência e desobediência, acusações claramente absurdas. O que houve, na verdade, foi a utilização da violência reacionária do Estado burguês contra um protesto legítimo, tudo para garantir a entrega de uma empresa estratégica para as mãos dos capitalistas.

O Partido Operário Revolucionário (POR) repudia as prisões, defende a liberdade imediata a todos e a retirada dos processos. Defende que as direções das centrais, movimentos e entidades estudantis convoquem imediatamente uma mobilização contra o plano privatista que iniciou com a entrega da Sabesp e que prosseguirá com a venda do Metrô e CPTM. Defende a reestatização das empresas que já foram entregues à iniciativa privada, erguendo a luta também em defesa das bandeiras mais elementares dos oprimidos, como a defesa dos empregos, salários e direitos. Luta contra a repressão desfechada pelo governador bolsonarista aos militantes. O que ocorreu na Assembleia Legislativa não foi um caso isolado. O ultradireitista Tarcísio potenciou o Estado policial e vem reprimindo violentamente a população pobre, como ocorreu no Guarujá e como vem ocorrendo nas ruas de São Paulo, juntamente com seu aliado, o prefeito Ricardo Nunes.

O movimento contra a privatização vinha de uma greve no dia 28/11, encabeçada pelos trabalhadores da Sabesp, Metrô e CPTM, à qual aderiram os trabalhadores da Educação estadual e municipal de SP. A mobilização forçou o governador direitista, Tarcísio/ Republicanos, a escancarar sua sanha privatista. Tarcísio utilizou a Justiça para intimidar os sindicatos com as multas, ao mesmo tempo que a mídia burguesa realizava uma vergonhosa campanha a favor da privatização. O processo de votação foi acelerado, então, para que os deputados cumprissem o seu papel de lacaios do capital financeiro.

As greves de 3 de outubro e 28 de novembro do Metrô, Sabesp e CPTM mostraram o caminho para derrotar o plano de privatização de Tarcísio. A manifestação na Assembleia Legislativa, sem a greve e sem uma grande mobilização que envolvesse a população, não teria como brechar as privatizações. Tarcísio combateu a greve com a polícia e a Justiça. As demissões de membros da direção da greve e as pesadas multas foram os meios ditatoriais do governador para chegar até a votação na Assembleia Legislativa. Contando com a ausência da greve e com uma manifestação pequena, a polícia golpeou manifestantes na Galeria, quando se realizava a discussão e votação da privatização da Sabesp. A ação policial concluiu com a prisão de 4 manifestantes. É comum a repressão usar a violência e acusar os lutadores de terrorismo. A legislação que protege a polícia de todo o tipo de arbitrariedade e prepotência foi aprimorada com a Lei do antiterrorismo criada no próprio governo do PT.

A manutenção da prisão de Lucas Carvente e Hendryll Luiz expressa a violência do Estado como uma forma de retaliação e intimidação aos manifestantes que resistem aos ataques da bur-

guesia às condições de existência dos explorados. É diante dessa ditadura de classe que os explorados necessitam de uma direção que de fato fortaleça a independência de classe dos sindicatos e lute para que não subordine as reivindicações às decisões parlamentares, como ocorreu com as greves do Metrô, Sabesp e CPTM. A luta pela libertação dos presos políticos tem de ser assumida plenamente pelos sindicatos e movimentos sociais.

Esses acontecimentos mostram que é preciso combater as ilusões alimentadas pelas direções, como se fosse possível reverter esse quadro através da Justiça burguesa, ou mesmo confiando na Câmara de Vereadores de SP – formalmente, a privatização da Sabesp precisa do aval do Legislativo da capital. O Parlamento e a Justiça são instituições do Estado burguês, os deputados e juizes são lacaios dos capitalistas, movimentam-se pela distribuição de emendas (verbas), pelas benesses corporativas e individuais, pelo lobby do capital financeiro, enfim, são máquinas de opressão construídas para servir aos interesses da grande burguesia, lubrificadas, como se sabe, com a corrupção. Depositar esperanças no “convencimento” dos parlamentares ou juizes é desviar o descontentamento dos trabalhadores, manifestado nas greves de 3 de outubro e 28 de novembro, e da população que votou contra a privatização no plebiscito, para o terreno da política burguesa.

O Partido Operário Revolucionário continua defendendo que é preciso massificar a luta contra as privatizações, agora com o acréscimo na pauta da luta contra a repressão, sem deixar de colocar a importância da luta anti-imperialista, pelo fim da guerra na Palestina e na Ucrânia, em defesa da autodeterminação dos povos e pela unidade dos trabalhadores, com o proletariado à frente, guiados pela estratégia da revolução e do socialismo. A política proposta pelo POR tem como ponto de partida a organização dos comitês de luta, a convocação das assembleias presenciais, o método grevista e as manifestações massivas de ruas. Em outras palavras, o caminho da vitória passa por confiarmos em nossas próprias forças, lutar com o método da ação direta e no campo da independência de classe.

Pela imediata libertação de Lucas Carvente e Hendryll Luiz!

Pelo direito de livre manifestação! Abaixo a repressão!

Readmissão dos 8 militantes do Metrô demitidos por Tarcísio!

Retomar a greve unificada contra o plano entreguista do governador bolsonarista!

11 de dezembro de 2023



Nota da Corrente Proletária/POR

Tarcísio corta R\$ 10 bilhões da educação pública e recebe a mesma quantia do governo Lula

Enfrentar os governos com os métodos próprios dos explorados

Em 12 de dezembro, ocorreu em Brasília um evento organizado pelo BNDES para conceder financiamentos para obras do PAC nos estados e municípios. Os governadores e prefeitos – direitistas, ultradireitistas e centro-esquerda - compareceram de pires nas mãos para receber o presente do governo Lula. Diante de seus inimigos eleitorais, Lula demagogicamente justificou de que governa para todos, porque todos governam para o Brasil. Concedeu ao direitista Tarcísio de Freitas (Republicanos) a palavra para que falasse em nome de todos os governadores e prefeitos. Com ar de surpresa, Tarcísio, que dias antes estava na comitiva de Bolsonaro para a posse do ultradireitista Javier Milei na Argentina, justificou a escolha em função de ter recebido o maior financiamento, R\$ 10 bilhões, para executar os seus projetos de mobilidade urbana, como a linha de trem Sorocaba-SP, a extensão da linha 1-Verde do metrô até Guarulhos, entre outros.

Como todo politiquês burguês, Lula procurou agradar seus adversários, ressaltando o caráter democrático de seu governo e enfatizando que não importa o partido de Tarcísio e de Helder Barbalho, porque são pessoas eleitas pelo mesmo povo que votou nele. Acrescentou que “o empréstimo existiu porque ele, presidente, decidiu que o BNDES é para executar o PAC e que a função dos bancos públicos é de fazer aquilo que muitas vezes a iniciativa privada não quer fazer”.

Os trabalhadores e a juventude oprimida que votaram em Lula estão fazendo a mais dura experiência com um governo submetido aos capitalistas. Os recursos públicos, disponíveis no BNDES e bancos públicos, estão sendo distribuídos aos governadores e prefeitos para que possam colocar em prática seus planos de governo privatizantes. Não à toa, Lula se calou diante do plano de privatização do Metrô, Sabesp, CPTM do bolsonarista Tarcísio; da privatização do Metrô em Minas Gerais, do ultradireitista Romeu Zema. Isso por que faz parte de seu governo o Programa Nacional de Desestatização (PND), portanto, o avanço das privatizações.

Para a maioria trabalhadora e a juventude pobre, o governo Lula impôs um salário mínimo miserável de R\$ 1320,00, e R\$ 1421,00 para o próximo ano. Calou os discursos dos sindicalistas, que prometeram a revogação das reformas trabalhista e previdenciária durante a campanha pela eleição de Lula, submetendo-os

à diretriz do governo de frente ampla. Colocou no Ministério da Educação o ex-governador petista do Ceará para disciplinar as direções sindicais e as entidades estudantis à reforma do ensino médio e à BNCC, o que resultou no apagamento das mobilizações pela revogação do Novo Ensino Médio.

Mesmo atendendo aos interesses dos capitalistas, o governo Lula vem se tornando cada vez mais refém do Congresso Nacional oligárquico. Basta ver o que se passou com seu veto à desoneração da folha de pagamento de 17 setores e ao Marco Temporal, desfeito pela maioria dos parlamentares.

O bolsonarista Tarcísio, expressando sorriso, agradeceu o R\$ 10 bilhões ofertados por Lula. Certamente, fará parte de sua campanha eleitoral para reeleição ou para substituir o governo Lula. Da parte de Tarcísio, como ele mesmo diz, as privatizações, a elevação das tarifas dos transportes públicos, a continuidade do Novo Ensino Médio e das Escolas Cívico-Militares são programas de governo, expostos durante as eleições de 2022. O corte de R\$10 bilhões da educação segue a política geral dos governantes de redução de recursos aos serviços essenciais, entre eles a educação.

Lamentavelmente, os explorados e a juventude oprimida se encontram à mercê da política conciliadora das direções sindicais, que rejeitam organizar a luta nacional em defesa das reivindicações vitais. Ao contrário, vivem também de pires nas mãos para ver se cai alguma migalha dos governantes. O descontentamento contra as demissões, privatizações e cortes de recursos vem sendo conduzido para o terreno do toma lá dá cá do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores.

É tarefa da vanguarda com consciência de classe trabalhar para erguer as oposições sindicais classistas e de luta, construir os comitês de luta nos bairros operários, exigir a convocação de assembleias para aprovar o caminho da resistência. A Corrente Proletária faz a campanha pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, em defesa do programa próprio de reivindicações e os métodos dos explorados. Somente no terreno da luta de classes, os trabalhadores e a juventude pobre poderão impor seus interesses de classe contra os interesses da burguesia e de seus governantes.

São Paulo

Burocracia do SINPEEM realiza mais um RE virtual distracionista

A direção majoritária do SINPEEM realizou mais uma reunião de Representantes de Escola (RE) pelo formato virtual, no dia 5 de dezembro – na verdade, foram duas reuniões, uma pela manhã e outra à tarde. Como sempre, a atividade consistiu em um longo monólogo do presidente do sindicato, Cláudio Fonseca (que retornou recentemente ao PCdoB, tendo saído do Cidadania), conhecido por seu personalismo e autoritarismo. A longa fala englobou informes sobre a campanha salarial do ano que vem, sobre a luta contra as privatizações, sobre o problema da violência nas escolas, sobre as reformas tributária e administrativa, porém, com nenhum encaminhamento concreto, de organização ainda para 2023. Como se vê, a direção majoritária deu um caráter protocolar, distracionis-

ta, a uma reunião que poderia ter cumprido um importante papel, caso demonstrasse a urgência das questões, batalhando para mobilizar os trabalhadores, em que pese a categoria se encontrar no momento de conclusão do ano letivo.

Do ponto de vista da forma, manteve-se o controle absoluto sobre quem fala, sem nenhuma transparência quanto às inscrições. Os problemas técnicos se repetiram, além da despolitização própria do formato virtual. Os trabalhadores ficam atomizados em suas residências, não conformam uma força social, tornam-se ouvintes passivos e a reunião perde todo o seu caráter prático, de organização para o combate. Lamentavelmente, há uma parcela dos trabalhadores que acaba endossando esse desvio, interessada

tão somente na dispensa do ponto – o que, por outro lado, acaba refletindo a profunda brutalização da categoria, que chega ao final do ano extenuada.

Chamou a atenção a postura de completo imobilismo da direção majoritária em relação a dois problemas graves, a extensão do programa São Paulo Integral, através da IN 24, e o ataque do governo municipal sobre o direito de férias. Em ambos os casos, a direção apenas se referiu ao posicionamento da entidade, sem indicar o caminho da luta efetiva em defesa dos trabalhadores, dando um tom conformista ao informe, como se não houvesse nada a ser feito. Nas escolas, no entanto, apesar da falta de informações (uma grande massa de educadores ainda não está ciente do ataque sobre as férias, por exemplo), era possível captar uma indignação pela inação da direção sindical.

A experiência demonstra a necessidade de construir uma vanguarda classista, capaz de enfrentar o problema da profunda burocratização do SINPEEM, trabalhando para erguer uma nova direção. A Corrente Proletária na Educação trabalha nesse sentido e vem denunciando as reuniões virtuais como um profundo retrocesso político e organizativo, defendendo o princípio da democracia operária, o que pressupõe os encontros presenciais. No breve pronunciamento (a direção tem o costume de conceder apenas 1 minuto de fala, o que é um flagrante absurdo), a militância porista

indicou a necessidade de responder ao avanço da barbárie capitalista com a política do proletariado, defendendo, concretamente, que fosse convocada uma assembleia ainda em 2023.

Pronunciamento da Corrente Proletária na Educação/POR:

“Companheiros e companheiras, o momento é de acirramento da barbárie capitalista em todos os lugares, duas guerras em curso, na Ucrânia e na Palestina, a fome, a miséria, o desemprego, há uma onda de demissões, como na Volkswagen, na GM, na metalúrgica Movent – estamos numa campanha contra as 190 demissões na Movent -, há as demissões políticas dos metroviários – demitidos por participar do movimento do dia 3 de outubro -, há o problema das privatizações – é preciso manter essa luta, com os métodos corretos, com os métodos da classe operária -, há os problemas específicos da categoria, como a Instrução Normativa 24, que precisa ser derrubada, há o problema do ataque sobre o direito de férias, e a categoria quer lutar contra essas questões, e por isso é preciso erguer a luta agora, esse negócio de deixar a luta para 2024 está errado. Assembleia já, para organizar a luta dos trabalhadores!”

São Paulo

Burocracia reforça a paralisia do SINPEEM

A última reunião do Conselho Geral de Representantes do Sinpeem ocorreu no dia 8 de dezembro. A reunião foi marcada pela costumeira centralização burocrática de Cláudio Fonseca. Com tantos ataques à classe, não se prestou a utilizar esse espaço de discussão para organizar o calendário de lutas de 2024. Valendo-se das deliberações do Congresso, que não se discutiu nada, referendou, sem ouvir as propostas dos conselheiros, o calendário da Campanha Salarial de 2024, que já havia sido informado durante a reunião online de Representantes de Escola.

A presença dos conselheiros foi apenas para ouvir as falas governistas do secretário de Relações Internacionais da CNTE, Roberto F. Leão e do economista do DIEESE, Thomas Ferreira Jensen. A fala de Thomas foi centrada dos inúmeros dados sobre o Arca-bouço Fiscal do governo Lula/PT (PLP 93/23). Ou seja, no conjunto de regras para o controle de gastos e receitas públicas. Sabemos que na verdade esse conjunto de regras visa a economizar, as custas da exploração dos trabalhadores, para ampliar o superávit primário e garantir o pagamento da dívida pública aos capitalistas.

A exposição de Roberto Leão só veio a reforçar o que já sabemos, ou seja, que a CNTE não passa de organismo inútil, imobilista que presta serviço ao governo Lula. Convocou para a Semana da Educação, que será em abril de 2024, em Brasília; falou em unidade dos trabalhadores da educação; em luta nas ruas etc. Mas temos claro que não terá nenhuma organização para enfrentar os ataques dos governos, seja federal, estadual ou municipal.

No pouco tempo que teve direito, a Corrente Proletária se posicionou para criticar a política de ataques do governo Lula à vida das massas, e a necessidade de se fazer a Oposição Revolucionária a seu governo; o imobilismo da CNTE, que não atuou para unificar as lutas dos trabalhadores em educação; defendeu que somente através do método da ação direta que os trabalhadores poderão arrancar vitórias dos governos de plantão. Por último defendeu, ainda, a libertação imediata dos dois presos na ação truculenta da polícia do governo de Tarcísio de Freitas na Alesp e a retirada de todos os processos judiciais.

São Paulo

Balanço da reunião do Conselho da APEOESP

A Apeoesp fez a reunião do seu Conselho Estadual de Representantes (CER) no dia 9/12. A reunião se deu sob a sombra das 4 prisões políticas ocorridas na luta contra a privatização da Sabesp – 2 deles já haviam sido soltos, permanecendo no cárcere Lucas Carvente e Hendryll Luiz. O movimento vinha das greves de 3/10 e 28/11, quando o privatismo do governador direitista Tarcísio de Freitas/Republicanos ficou escancarado. O Conselho da Apeoesp, portanto, tinha como tarefa número um dar uma resposta política classista aos problemas da repressão e das privatizações, elencando as consignas e os métodos de combate. A Corrente Proletária na Educação/POR defendeu que era necessário lutar com os métodos

históricos do proletariado, ou seja, com a ação direta das massas, pela liberdade imediata dos presos políticos e retirada de todos os processos, fazendo a ligação desse caso de repressão com os outros ainda em curso, principalmente o dos metroviários que sofreram as demissões políticas, também por se mobilizarem contra as privatizações.

O CER também teve de lidar com outros problemas graves que afetavam e ainda afetam o professorado paulista. O mais urgente era o da demissão de milhares de professores da Categoria O (contratos precários). Até então, o governo havia dito que cessaria os contratos iniciados em 2018, 2019 e 2020. A “segunda-presidente”

do sindicato e deputada Maria Izabel não perdeu a oportunidade de apresentar a não-cessação dos contratos iniciados nos anos seguintes como uma “grande vitória” do seu mandato. Esse fato, associado à crítica feita por setores da oposição, como a Corrente Proletária, de que o caminho da pressão parlamentar levaria o movimento a um beco sem saída, acabaram dando o ensejo a uma discussão sobre a posição dos autores clássicos do marxismo acerca da atuação no Parlamento, com os reformistas de todos os matizes insistindo na confusão deliberada, tudo para justificar a linha das direções, que era de conduzir a mobilização à pressão sobre os parlamentares. A ideia defendida pelas direções era a de que seria um esquerdismo questionar a intervenção da deputada Bebel, apontando como evidência “concreta” a suposta garantia do emprego dos Categoria O de 2021 em diante. Resultado: dias depois o governo apresentou outra formulação, diferente da informada pela “segunda-presidente”, anunciando que utilizará a pontuação do concurso para atribuir aula aos contratados, o que evidentemente levará à exclusão de muitos.

A Corrente Proletária não pôde se posicionar no microfone durante o CER sobre a questão da intervenção dos revolucionários no Parlamento, dada a restrição burocrática imposta pela direção às inscrições. Apesar do debate ter surgido de forma enviesada, com os reformistas interessados tão somente em justificar sua posição, o tema não deixa de ter a sua importância. Trata-se de uma questão que envolve a relação entre tática e estratégia. A Apeoesp é dirigida majoritariamente pelo PT, corrente que historicamente postulou a estratégia de chegar ao poder pela via pacífica-eleitoral, para então democratizar o Estado e distribuir a riqueza. Após várias experiências de governos petistas nos municípios, estados e na presidência da República – neste caso, com três mandatos completos, um interrompido pelo golpe, em 2016, e agora com o novo governo Lula/Alckmin, que está prestes a completar um ano – já é possível fazer um balanço, e o que se vê é que, ao invés de democratizar o Estado, acabou oligarquizado pelo mesmo, encontrando-se mais à direita no espectro político, constituindo, na prática, um governo de continuidade quanto à essência dos que o antecederam, preservando e até aprofundando as contrarreformas e demais medidas de ataque à vida dos explorados, mantendo uma posição de subordinação diante do imperialismo.

Não faz sentido discutir em abstrato a questão da intervenção nas instituições do Estado burguês prescindindo da experiência concreta. Os petistas, nesse sentido, não têm condição para criticar ninguém, dado que têm sua trajetória enlameada pela completa integração à política burguesa. A própria deputada Maria Izabel votou no candidato bolsonarista à presidência da Alesp, justamente quem deve ser responsabilizado, ao lado do governador Tarcísio, pela pancadaria na Alesp no dia da privatização da Sabesp.

Mesmo assim, tendo em vista que a questão teórica foi levantada, cabe dizer que os revolucionários não podem rechaçar por princípio atuar no Parlamento, mesmo no mais reacionário. Esse é um fato consolidado pela experiência do movimento operário, particularmente pelo exemplo dos bolcheviques na revolução russa. Porém, utilizam esse expediente tático considerando a correlação de forças, a necessidade de esgotar (e não alimentar mais ainda) as ilusões nesse instrumento da burguesia, e realizam esse trabalho com a perspectiva de destruição do Estado burguês, para colocar em seu lugar, pela via insurrecional, o Estado operário, a ditadura do proletariado – que no Brasil teria de assumir a forma de um governo operário e camponês. O emprego tático da intervenção no Parlamento corresponde à necessidade de combinar o trabalho legal ao ilegal, equilibrando a relação entre ambos de acordo com a análise concreta de cada situação. Cabe, por fim, a ressalva de que o marxismo-leninismo, mesmo reconhecendo a importância dessa variante tática, sempre deixou claro o papel auxiliar diante dos métodos da ação direta, o que significa que deveria estar su-

bordinada à mobilização revolucionária das massas, em choque com o Estado.

Acontece que os reformistas fazem da intervenção no Parlamento e demais instituições do Estado burguês um fim em si mesmo, alimentando ilusões na via das reformas graduais, ao contrário do que ensinaram os clássicos. No caso da luta concreta, contra as privatizações e em favor das reivindicações específicas do professorado, as direções subordinaram completamente a mobilização, inclusive os dias de greve, ao calendário de votações na Alesp. Foi exatamente o que fizeram nos casos da reforma trabalhista, da previdenciária, do Novo Plano de Carreira e em várias outras situações, acumulando uma grande quantidade de derrotas para os explorados. Uma perspectiva revolucionária, oposta à que vem sendo empregada pelas direções sindicais, até poderia dirigir determinadas ações contra os deputados, porém, colocando todo o peso na mobilização geral dos trabalhadores, conquistando a mais ampla unidade na luta, erguendo um poderoso movimento grevista, projetando o movimento com as manifestações multitudinárias de rua, afetando a produção e a circulação de mercadorias, ou seja, interferindo na economia, golpeando a burguesia e suas instituições. O que as direções sindicais têm feito, contudo, é muito diferente disso: continuam apostando em ações limitadas, sabotando a construção da greve e levando a vanguarda ao beco sem saída dos atos simbólicos em frente à Alesp.

Na verdade, a perspectiva das direções era e continua sendo a do desgaste eleitoral do Tarcísio e dos bolsonaristas em geral, estão mirando nas eleições de 2024 para prefeitos e vereadores, e nas próximas disputas. Por isso, chega a ser um escárnio esses reformistas falarem dos clássicos do marxismo. São oportunistas e carreiristas, e nada mais. O leninismo, principalmente, deixou um extenso legado de combate ao cretinismo parlamentar. A Corrente Proletária/POR reivindica plenamente esse legado, aplicando-o na prática, tomando como ponto de partida a necessidade de mobilizar os trabalhadores e a juventude oprimida por suas reivindicações elementares, nesse momento sintetizadas na defesa dos empregos (especialmente dos Categoria O), contra as privatizações, em defesa das condições de trabalho, dos salários etc., sem deixar de levantar a luta contra a repressão.

Na única intervenção da Corrente Proletária, os poristas insistiram na importância de colocar as massas em movimento, com seus próprios métodos, levantando a bandeira de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, em defesa dos empregos, salários, direitos e pela revogação das contrarreformas – trabalhista, previdenciária e Novo Ensino Médio -, bem como contra o plano de privatização dos governos. Defendeu a convocação da manifestação contra as demissões dos professores contratados e contra os critérios antidemocráticos da atribuição de aulas, ainda esse ano letivo. A segunda fala porista foi cortada pela direção burocrática. Fala esta que faria o vínculo das lutas locais com o combate anti-imperialista, dado o momento em que duas guerras estão em curso, na Ucrânia e na Palestina. Os revolucionários atuam com esse programa prático, explicando aos oprimidos a necessidade histórica de superar a raiz de todos os males, que é o capitalismo, trabalhando pela construção da revolução proletária e do socialismo. No CER, foi distribuído o Boletim da Corrente Proletária e divulgado os livros e outros materiais por meio da banca do partido.

O CER, no entanto, acabou referendando a política das direções sindicais. Indicou apenas um “Encontro” dos professores da Categoria O, seguido de um ato em frente à Seduc, devido à urgência do problema das atribuições. De resto, apontou para um calendário para o ano que vem. Como se vê, permanece de pé a tarefa de impulsionar a oposição, lutando pela constituição de uma fração revolucionária nos sindicatos e na Apeoesp em particular.

São Paulo

Recuperar a AFUSE para a luta faz parte do combate ao governador ultradireitista

Sem a construção de uma oposição classista e independente do Estado e dos governos, os funcionários de escola não conseguirão caminhar em defesa das suas condições de vida. A direção da AFUSE, ligada ao PT, freia a luta dos explorados com sua política de conciliação de classes, que somente acumula derrotas. Nos últimos anos, têm crescido a terceirização dos serviços nas escolas, ampliado a precarização das condições de trabalho, mantido o piso salarial de fome, eliminado antigas conquistas e avançado o autoritarismo dos porta-vozes do governo no interior das escolas. Diante dessas terríveis condições, a direção da Afuse permanece com sua política de buscar “negociações” entre o sindicato e o governo. Isso quando está mais do que evidente de que negociação sem organização da luta coletiva é derrota para os trabalhadores. No caso da Afuse, sequer o governo responde aos pedidos de negociação feitos pela direção do sindicato.

A burocracia da Afuse, frente ao crescente descontentamento e descaso dos funcionários de escola, precisou divulgar, em dezembro, o jornal do sindicato relatando seus feitos positivos. Com o título “Retrospectiva: Apesar da truculência do governo, em 2023, a AFUSE foi a luta”, em que exalta a realização de 11 Congressos regionais. Esses autoelogios servem unicamente para esconder o fracasso de uma política oposta aos interesses dos trabalhadores. Basta lembrar o que ocorreu no V Congresso Regional de Guarulhos, realizado no final de novembro, que serviu apenas de tribuna para os politiquieiros do PT. Nada foi aprovado no diz respeito aos violentos problemas sofridos pela categoria, sequer foi planejada a campanha contra o plano de privatização do governador Tarcísio, que inclui as escolas públicas. Na realidade, os 11 Congressos regionais fizeram parte do calendário estatutário do sindicato, contaram com pouquíssimos funcionários de base e estiveram sob a orientação autoritária e burocrática, oposta à democracia sindical.

Outro fato que demonstra o quanto a direção da Afuse está distante das escolas foi a reunião de Representantes de Escolas, ocorrida no dia 8 de dezembro. Sem um amplo trabalho de visita às escolas e com o descrédito de boa parte dos funcionários para com o sindicato, a reunião contou com apenas 6 pessoas, sendo duas da própria direção da Afuse. A Corrente Proletária interveio fazendo um balanço real dos Congressos regionais, em particular ao V Congresso, e assinando que não serviram para rejeitar a política conciliadora da direção da Afuse. Apontou que o governador ultradireitista, Tarcísio de Freitas, se encontra de mãos livres para impor a reforma administrativa, a privatização, a terceirização e a manutenção do miserável salário. Assinalou o erro em aprovar o Congresso estadual somente em agosto de 2024. Defendeu a necessidade de convocação de assembleias, a partir de um trabalho de reunião com os funcionários no interior das escolas, que inclui os terceirizados. Os poucos funcionários de base presentes mostraram concordância com a intervenção da Corrente Proletária.

A Corrente Proletária tem claro que sem fortalecer esse polo oposicionista e classista não tem como enfrentar a política traidora da burocracia da Afuse. Nesse sentido, vem trabalhando para constituir a Oposição, o que depende do enorme esforço de politização dos funcionários para que possam confiar em suas próprias forças, na independência do sindicato diante da política burguesa e no trabalho de recuperar os sindicatos como organismo de combate dos explorados. O que significa eliminar os prejuízos e retrocessos de nossa categoria, entre eles as ilusões nas negociações de cúpula, no parlamento, na Justiça e nos métodos virtuais de reuniões.

São Paulo

Reunião de representantes Funcionários de Escola na região de Itaquera, São Miguel e Penha Burocracia do sindicato culpa os funcionários pelos ataques de Tarcísio

No dia 8 de dezembro, aconteceu na região Leste a reunião de Representantes de Escolas. Contou aproximadamente cinquenta funcionários do quadro de apoio, tanto os Agentes de Organização, como os Agentes de Serviços. Não foi uma reunião tranquila como a direção do sindicato gostaria que fosse, pois os presentes narraram as dificuldades que enfrentam nas escolas.

O governador ultradireitista aproveita a paralisia da direção do sindicato para continuar com os ataques dos governos do PSDB, Covas, Alckmin e Doria. Chegou ao ponto de impedir que os Agentes de Serviços Escolares, que estão nas escolas polos (aquelas que não foram terceirizadas), tirasse seus 30 dias de férias no mês de janeiro. Por meio de um decreto, determinou 15 dias de férias em janeiro e o restante durante o ano, ou seja, quando for possível. Uma medida que beneficia somente as empresas terceirizadas, que se livram de manter os trabalhadores durante o período de férias escolares. Mesmo assim, os burocratas do sindicato não se movem em defesa dos funcionários. Usam sempre a mesma ladainha de que os funcionários não sabem votar, o que resultou na vitória de Tarcísio.

As reuniões de Representantes de Escolas foram convocadas depois de três anos sem nenhuma reunião presencial. A justificativa dos burocratas, inicialmente foi a pandemia, e depois o corte do abono

de ponto para as reuniões. Como Tarcísio ofereceu uma cota de abono aos representantes de escolas, a direção usou desse expediente. No entanto, não se esforçou para que fossem massivas, porque o governo presenteou os burocratas com 700 abonos para todo o estado de São Paulo, com mais de 5 mil escolas. Segundo os burocratas “é melhor pouco do que nada”.

A Corrente Proletária participou da reunião, cobrou da direção do sindicato a participação na luta contra a terceirização e privatização da Sabesp, Metrô e CPTM, defendeu a participação coletiva no ato unificado no dia 28/11. Reivindicou que o sindicato convocasse uma assembleia estadual para organizar a luta pelas reivindicações. Os presentes mostraram concordância com as propostas, mas a direção do sindicato ignora tudo que vem da base. Na realidade, a reunião para a burocracia era para utilizar os abonos oferecidos pelo direitista Tarcísio.

A Corrente Proletária distribuiu o Boletim, divulgou o jornal Massas e outros materiais do POR. Fez uma campanha contra a guerra do Estado sionista de Israel ao povo palestino. E chamou os funcionários a fortalecer a Corrente Proletária, que expressa a oposição classista e de luta na Afuse.

Rio de Janeiro

Eduardo Paes avança na demissão massiva de professores

Unir professores, estudantes e familiares em defesa dos empregos, salários e da escola pública

Tendo em vista a proximidade do ano eleitoral, a Prefeitura do Rio de Janeiro tem aberto diversos processos seletivos para contratar professores temporários. Sem abrir concurso público desde o ano de 2016 para diversas disciplinas, a Prefeitura tenta mascarar a enorme carência de professores da rede pública municipal.

Passados alguns meses, descobre-se que o governo não renovará o contrato ou renovará por um período curto, que não cobre todo o ano. O governo se aproveita dos processos seletivos, com períodos de vigência dos contratos diferentes, para realizar demissões espaçadas e evitar transparecer as demissões massivas. Assim, avança com as demissões, inclusive durante o período letivo, deixando a juventude, principalmente de bairros operários sem aulas.

Junto a isso, Eduardo Paes, e o Secretário de Educação e Deputado Federal, Renan Ferreirinha, fazem campanha eleitoral com a demagogia de um “novo modelo de escola”: o GET - Ginásio Experimental Tecnológico. Apoiam-se em um projeto elitista, com pouquíssimas unidades, enquanto a ampla maioria das escolas municipais sofre com a falta de professores e vários outros problemas. Em meio às ondas de

calor que ultrapassam 40 °C, os condicionadores de ar não funcionam devido a falhas no sistema elétrico.

Sabemos que esse quadro não é muito distinto do que se passa em outras redes públicas. O governador do Rio de Janeiro não realiza concurso público desde 2014 e paga salários rebaixados, obrigando os professores a acumular trabalho e recorrer a mecanismos, como ‘aulas extras’ e outros empregos.

Já passou da hora dos sindicatos dos professores e grêmios estudantis organizarem um movimento unitário contra as demissões e o sucateamento da educação pública. O SEPE e a AERJ devem convocar as assembleias para organizar a luta em defesa dos empregos, salários e da escola pública junto aos professores, estudantes e familiares.

Que os sindicatos e entidades estudantis convoquem as assembleias! Que os sindicatos e centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com greves, paralisações e bloqueios. Nenhuma demissão! Pela efetivação dos professores contratados! Pelo financiamento integral da educação pública!

Rio Grande do Norte

Eleição do SINTE - Regional Macau

A vanguarda combativa se colocou pela chapa oposicionista (chapa 2)

O processo eleitoral do SINTE-Regional de Macau/RN ocorreu no dia 13 de dezembro, com três chapas concorrendo à direção do sindicato.

A chapa 1, situação, obteve 274 votos, expressava a continuidade da política de conciliação de classes, de quase inatividade perante as lutas e de submissão à política burocrática da direção estadual do sindicato.

A chapa 2, por outro lado, alcançou 104 votos, um número expressivo diante das dificuldades encontradas para construí-la. Sua política expressou um programa bastante avançado do ponto de vista das reivindicações, como salário mínimo vital (não menor que o salário do Dieese (R\$ 6.219,11)); redução de alunos por sala, não mais que 25 alunos; efetivação de todos os temporários e terceirizados; fim da terceirização; revogação das contrarreformas; direito irrestrito de greve; entre outros. Apesar da ruptura, com uma debandada de uma parte do grupo para a chapa 3, a chapa 2 conseguiu se reerguer e manter firme sua fortaleza programática, que é o seu principal

diferencial perante às demais. Além disso, foi guiada pelos princípios de ser uma chapa independente dos governos, democrática e de luta.

Já a chapa 3, que venceu o pleito com 339 votos, expressa o continuísmo da burocracia estadual, uma vez que foi liderada burocraticamente por um dos coordenadores do SINTE estadual, de modo que não se via muita diferença entre a chapa 1 e 3. Nota-se, porém, que a vitória da chapa 3 indica uma insatisfação da base com a atual direção regional.

Agora, a categoria irá fazer sua experiência prática com a nova direção eleita, momento em que é importante dar continuidade à construção de uma oposição organizada politicamente e que vá aplicando nas intervenções práticas o seu programa. A Corrente Proletária na Educação contribuiu para que se mantivesse o programa da chapa e seus métodos, e considera muito importante que a vanguarda que se formou na chapa 2, fruto da luta na greve no início do ano, se fortaleça como mais um elo para o desenvolvimento de uma fração revolucionária na educação pública do Rio Grande do Norte.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.

**R\$ 35****ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**



Rondônia

Manifesto da Corrente Proletária (POR) aos Servidores Públicos Federais aos delegados do XIV CONCONDSEF E V CONFENADSEF

Entre os dias 14 e 17, delegados de todo o Brasil, dos diversos setores do serviço público federal, estarão participando, em Brasília, do XVI Concondesef e V Confenadsef. Estarão diante de 2 teses e três contribuições, elaboradas pelas direções do Condsef e do Fenadsef.

O Congresso tem como slogan “FORTALECER a organização sindical para RECONQUISTAR direitos e RECONSTRUIR os serviços públicos”, título da “Tese 1”. Como se vê, trata-se de um Congresso sem a participação política de correntes e ativistas de base. É bom lembrar, também, que boa parte sequer conhece essas entidades, porque são aparatos burocráticos, que estão distantes dos problemas dos servidores federais e dos trabalhadores em geral.

Por outro lado, é um Congresso que ocorre em um período de aprofundamento da crise econômica e de barbárie social. O mundo vive duas guerras sangrentas, uma na Ucrânia e outra na Faixa de Gaza, desfechada pelo Estado sionista de Israel ao povo palestino. A guerra comercial entre Estados Unidos e China vem potenciando a escalada militar na Ásia, África e Europa. O que tem evidenciado a decomposição do capitalismo e a necessidade de pôr em pé uma sociedade sem classes, sem exploradores e explorados. O Congresso, nesse sentido, tem a tarefa de organizar os servidores para a luta contra o avanço da barbárie, da fome e a miséria. No entanto, tudo indica que será mais um Congresso alheio aos problemas internacionais e nacionais.

No caso do Brasil, o Congresso tem de aprovar a luta pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária, Novo Ensino Médio e combater as contrarreformas do governo de frente ampla de Lula, como a Reforma Tributária e a Reforma Administrativa, que está por vir.

Nós servidores públicos federais precisamos superar os congressos de fachada e defender os Congressos para organizar a luta em defesa de nossas reivindicações e dos explorados em geral. Para isso, é fundamental a defesa da independência dos sindicatos diante do Estado e dos governos burgueses. É preciso romper com o legalismo vinculado às pressões parlamentares, que nos acorrentam ao eleitoralismo, e fortalece a conciliação de classe. E defender efetivamente a maioria explorada da qual faz parte o funcionalismo das três instâncias: municipal, estadual e federal e os trabalhadores em geral, os operários e os camponeses etc.

A militância do Partido Operário Revolucionário luta para que os Congressos sejam instâncias coletivas de decisão. O que significa ser organizado a partir das bases, com a mais ampla democracia, com direito de todas as correntes que intervêm no movimento de expressar suas posições em suas teses. Que as teses sejam debatidas nas bases, para que os delegados ao Congresso possam decidir um plano de luta e os métodos próprios dos trabalhadores.

Nesse momento, o POR faz a campanha pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação. Pelo cessar fogo imediato de Israel ao povo palestino, pela autodeterminação da Palestina, pela expulsão do imperialismo do Oriente Médio. Levanta a bandeira dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Defende que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação, em defesa dos empregos, salários, direitos, pela revogação das contrarreformas e contra as privatizações.

Rio Grande do Sul

Paridade e destituição do reitor é apresentada como grande vitória democrática pelas correntes centristas e reformistas

Na UFRGS, o Conselho Universitário aprovou em 24 de novembro a paridade como critério para computar os votos dos três setores na consulta para escolha do reitor e, em 29 do mesmo mês, a destituição do reitor escolhido pelo governo Bolsonaro por fora da lista triplíce e, por isso, considerado pelas correntes de esquerda como interventor, embora a prerrogativa de nomeação seja do governo federal.

Essas decisões estão sendo comemoradas pela diretoria recém empossada do DCE (MES-PSOL e UP) como uma vitória deles, embora tenham assumido o comando da entidade alguns dias antes e, rigorosamente falando, nem antes nem agora organizaram qualquer luta dos estudantes, pelo contrário, meses atrás resistiram às propostas de mobilização e ação direta feitas pela Corrente Proletária

para defender os cotistas, as bolsas e outras reivindicações do Movimento Estudantil. Também o MRT comemorou estas decisões como se fosse uma vitória democrática diante de um modelo antidemocrático e ditatorial.

São duas deliberações que afetam o comando da universidade, a estruturação do poder político dentro da universidade e tem, por isso, uma importância decisiva para o movimento estudantil na medida que afeta a autonomia universitária.

A destituição do reitor poderia ser apresentada como afirmação da autonomia da instituição ao se insurgir contra uma “imposição”. Entretanto, a “imposição” ocorreu há três anos e a universidade engoliu obedientemente até agora, adotando a decisão de destituição em vésperas das eleições

municipais e da eleição para a próxima reitoria, de modo que tem mais um caráter politiquês do que de autonomia; ademais, a destituição efetiva, fica dependendo do governo federal destituir Bulhões, quer dizer, é uma deliberação submetida e dependente da vontade do governo, uma verdadeira farsa! Na prática, é um movimento que encobre as disputas pela ocupação de espaços na burocracia universitária entre os grupos que disputarão a próxima reitoria, mas, preserva a figura do reitor e a atual estrutura da universidade crescentemente subordinada ao governo. A burocracia universitária é o canal mediante o qual o governo e o capital interferem e comandam os destinos das universidades.

A alteração da proporção no peso dos três setores na consulta foi cantada como uma grande vitória democrática pelas correntes que dirigem o DCE e pelo MRT devido a que se passou da proporção mais reacionária dos 70%, 15% e 15% até hoje vigente, para a paridade, ou seja, o peso do conjunto de professores, do conjunto dos técnicos e o conjunto dos estudantes passa a ser o mesmo, ou seja, 1/3 cada um, como já ocorre em algumas outras universidades federais e estaduais.

Ora, apresentar como “vitória democrática” uma regra que deforma o peso majoritário dos estudantes, restringindo o peso do conjunto de estudantes a um terço é uma burla contra qualquer ideia de democracia. Pois, setores minoritários como o dos professores e os técnicos passam a ter o mesmo peso que o setor majoritário. O mais grave, porém, é que na universidade se utiliza um critério antidemocrático que afronta inclusive a regra vigente para escolha de presidente da república, senadores, deputados, governadores, prefeitos e vereadores, para a qual vale o peso igual para cada eleitor independente de qualquer qualificação, ou seja, o voto universal.

Além disso, os docentes têm o privilégio de só professores poderem ser candidatos a reitor e a outros cargos da burocracia universitária. Mesmo assim, voltou a se ouvir argumentação contrária à paridade por parte de muitos professores que discordam que os estudantes tenham maior peso na consulta, pois segundo eles não se pode confiar na capacidade de decisão dos estudantes, estes não teriam capacidade de opinar politicamente dentro da universidade, porque permanecem por um tempo limitado de 4 a 5 anos. “Argumento” esse que considera o estudante universitário uma criança sem capacidade de deliberar acerca da organização da universidade. De modo que não

veem problema de os estudantes decidirem acerca de quem será o presidente da República (cargo que a maioria dos professores universitários tampouco poderiam reivindicar ter capacidade de “opinar politicamente”) mas, não teriam capacidade de se pronunciar acerca daquilo que melhor conhecem, a vida na universidade, sua estrutura etc. Se os professores usam este questionamento de casta contra a paridade, o que então fariam diante do voto universal?

Mas, as correntes que dirigem o ME sequer levantam a reivindicação do voto universal. Celebram a paridade como se fosse a revolução dentro da universidade. Colocam-se dessa forma, objetivamente pelo reforço da estrutura vertical que as subordina ao governo tanto no acatamento de uma proporção antidemocrática quanto na manutenção da prerrogativa do governo federal ser a instância que nomeia – e destitui – a cabeça da burocracia, o reitor.

O MRT que havia adotado parcialmente as nossas bandeiras, passando a defender uma estrutura sem reitorado também celebrou estas deliberações, reforçando que se trataria de uma vitória democrática dentro de um modelo antidemocrático e ditatorial. Vê-se dessa forma a inconsequência da crítica parcial à estrutura vigente. Na prática, sequer defendem a substituição da atual estrutura por outra e, ainda, a subordinam a uma “estatuinte democrática e soberana”, panaceia que resolveria tudo, e não como conquista e afirmação da comunidade universitária – principalmente dos estudantes – que imponha a sua soberania e exerça de fato a autonomia universitária.

A CPE/POR continua defendendo que a verdadeira autonomia universitária é incompatível com a atual estrutura e que esta deve ser substituída pelo governo tripartite, subordinado à assembleia geral universitária com voto universal e revogabilidade de todos os mandatos exercido pela assembleia e não pelo governo.

LANÇAMENTO!
Adquira já com
o distribuidor do
Massas por apenas
R\$ 5,00

Balanco das eleições na APEOESP (2023)

A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa II!



LANÇAMENTO
FOLHETO

**Juventude e
Revolução**

Textos de Trotsky e da Quarta
Internacional sobre a organização
revolucionária da juventude



Adquira
com um
distribuidor
do Jornal
Massas por
apenas:

R\$ 5,00



Nesta edição:

Palestina

- Pronunciamento de Ariel Roman na Faculdade de Ciências Econômicas, Cochabamba

Argentina

- Entrevista de Ramon Basko – POR da Argentinas

Chile

- Corrupção de todas as instituições burguesas torna impossível resolver os problemas da nação e da classe operária

Brasil

- Entrevista com Afílio de Castro sobre os 85 anos de fundação da IV Internacional

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Publicamos abaixo a transcrição do pronunciamento de Ariel Roman, realizado no Auditório “YUPANA WASY” da Faculdade de Ciências Econômicas, Cochabamba, Bolívia, no dia 22 de novembro, sobre a “Realidade da Palestina em Perspectiva”. Participaram também os palestrantes Javier Abu Eid, assessor da equipe negociadora da OLP na Palestina, e Andrei Dueri, presidente da Comunidade e da Juventude Árabe na Bolívia.

Realidade da Palestina em Perspectiva - Ariel Roman

Primeira intervenção

“Eu vou me concentrar em dois aspectos: o primeiro é realçar questões que já foram aqui colocadas, e que me parecem importante enfatizar. Primeiro: judaísmo não é a mesma coisa que sionismo. Houve recentemente um evento do qual participou um professor de sociologia Regastky, judeu antissionista, que diz como é que uma pessoa se torna judia. Ele afirmou que a pessoa nasce judia, pois para ser judeu a pessoa tem de nascer de mãe judia, não é uma opção religiosa, não é que eu possa me converter ao judaísmo, não. Bem, essa é uma concepção religiosa, uma forma de enxergar o mundo que nada tem a ver com a ideologia do sionismo, uma questão relativamente recente de fins do século XIX e começo do século XX que, como toda ideologia, expressa determinados interesses e determinada visão de mundo. Os traços que caracterizam o sionismo como ideologia, que hoje chamamos de supremacista branca, considera que eles, por serem brancos, são predestinados a serem os que vão a dirigir, os que vão mandar sobre os que vivem na região e que têm direitos ancestrais, coisa que nunca os tiveram como claramente foi posto em evidência, mas é essa a visão que eles têm. Além disso, considera que por detrás deles tem a vontade de deus que respalda tudo o que eles fazem. Eles dizem que o que fazem é expressão dessa vontade, tudo isso instrumentado politicamente, com a intenção de conseguir a adesão do resto do mundo, católicos, cristãos ou evangélicos, que julgam que aquilo que vem da bíblia é em si sagrado e, portanto, o que faça ou deixe de fazer o suposto povo de deus é algo que deve ser acatado cegamente. Esta é uma postura política muito concreta. Sionismo é uma coisa diferente do judaísmo. Existem várias tendências judias antissionistas, e que condenam os crimes do Estado sionistas de Israel. Por isso, quero enfatizar que não falamos de Israel em abstrato. Falamos do Estado sionista de Israel, que executa uma política expansionista.

Mas que interesses há por trás disso tudo? Essa pergunta me leva à segunda questão, que quero destacar. E é essa questão que nos leva a perguntar por que a luta do povo palestino é problema nosso? Essa é a questão que precisamos esclarecer. Porque motivo nós bolivianos nos colocamos diante de um

problema de um povo que está muito distante e que tem costumes hábitos e visões diferentes. Em que medida aquilo que ocorre em Israel vai nos afetar? Então aí é que precisamos compreender o que representa o sionismo e o Estado sionista de Israel na região. E, obviamente, não há como se perder, pois estamos falando de um enclave que serve aos interesses do imperialismo norte americano na região, vinculados ao controle dos recursos naturais, e particularmente, dos hidrocarbonetos. Um dos esforços mais importantes, no último período, por parte do imperialismo norte-americano, que tem seu eixo principal no Estado sionista de Israel, no Oriente Médio, foi a tentativa de alinhar à feudal burguesia árabe por detrás de sua política. Não podemos esquecer um fato fundamental. Uma das finalidades da ação do Hamas foi fazer a denúncia e brechar aquilo que vinha sendo anunciado como um fato iminente: o acordo entre a Arábia Saudita com o Estado de Israel, que começava reconhecendo a existência do Estado de Israel, o que por si só implicava uma traição à causa Palestina.

Obviamente, o que está em jogo é como vamos impedir esta política expansionista, após o imperialismo dobrar a feudal burguesia árabe. Por que que estou falando isso? Porque não há dúvidas de que houve esforços desde há muito tempo de se chegar a um acordo nesse cenário de confrontação de interesses vinculados ao comércio dos hidrocarbonetos no mundo. Creio que é bastante significativo o seguinte: o banco mundial, há algumas semanas, ao falar sobre as perspectivas da economia mundial, apresentou três possibilidades. Um cenário em que se agudizaria o conflito, a beligerância na região se espalharia, se generalizaria a situação, o preço do barril do petróleo poderia chegar até 150 USD; outro um pouco mais moderado no qual o conflito não iria tão longe; e outro em que a situação poderia ser controlada e se manteria nos níveis atuais.

Para o imperialismo norte americano, se trata de assegurar a hegemonia e o controle da sua presença na região é obviamente sobre os recursos naturais, principalmente os hidrocarbonetos devido a importância que tem no mundo o comércio do petróleo.

O fato dos povos árabes da região, e não somente dos palestinos, defenderem e buscarem preservar para os interesses na-

cionais os benefícios que derivam da exploração dos recursos naturais é uma luta legítima. É também a nossa luta. Nós bolivianos enfrentamos a mesma situação com o Lítio. Enfrentamos o mesmo com o estanho, com a prata, com os hidrocarbonetos, quer dizer, a presença do capital financeiro, das multinacionais imperialistas que tiram vantagens da mão de obra barata e da exploração dos recursos naturais. É emblemático o que pouco tempo atrás apareceu como uma denúncia. Os cooperativistas, que exploram o ouro, e que não são mais do que um disfarce dos capitalistas estrangeiros, retiraram do país, nos últimos 8 anos, aproximadamente 96 milhões de dólares. Tirando 94 % das exportações de ouro das quais somente 2 % ficaram no Banco Central do Estado em forma de impostos etc. Quer dizer que esta relação de saque, nas quais a nação oprimida paga as consequências da exploração pelo capital financeiro, é um problema nosso, é um problema dos palestinos, é o problema dos países árabes, é o conflito entre as nações opressoras e as nações oprimidas.

A resistência do povo palestino, independentemente de que estejamos de acordo ou não com os métodos empregados pelo Hamas, ou com seus objetivos, é a expressão da resistência de uma nação oprimida diante da exploração e opressão imperialista, que busca tirar vantagens dos recursos naturais e da exploração da mão de obra barata. Ficamos sabendo que na Palestina há dois tipos de trabalhadores: os que têm e os que não têm licença para trabalhar em Israel. Os que têm licença devem ser uns 16 mil, e, no dia do ataque do Hamas, foram presos da forma mais abusiva, sendo que aproximadamente 40 mil são trabalhadores informais, quer dizer uma força de trabalho superexplorada e barata.

O governo de Netanyahu tirou vantagens do ataque do Hamas, pois era um governo que estava na corda bamba, estava a ponto de cair. Pouco antes de 7 de outubro, enfrentou uma vigorosa greve da Central Operária judia em Israel, precisamente devido à pretensão de constituir-se como um governo absolutamente ditatorial, que atropela as liberdades democráticas. Mas, conseguiu tirar vantagens do ataque para se apresentar como vítima perante o mundo e conseguir unificar a opinião Internacional e a opinião interna em torno dele.

Mas, precisamos observar um fenômeno importante. Na luta para ganhar a opinião pública não estamos como antes. É surpreendente as massivas e gigantescas mobilizações em apoio ao povo palestino, que tem ocorrido na Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, bem como em quase todas as partes do mundo. Maiores ou menores, já ninguém engole o conto de que os vitimados são as vítimas. Ninguém engole o conto da inocência do Estado de Israel. O que esta luta está expressando no cenário da crise econômica mundial, quando a partilha do mundo, posterior à Segunda Guerra Mundial, se esgotou, quando o choque entre os interesses das potências econômicas coloca a necessidade de uma nova redistribuição do planeta, temos esta resistência expressada na luta do povo palestino, que representa o sentimento de grande parte dos povos oprimidos do mundo. Por isso este problema não nos é alheio. A derrota do imperialismo, neste caso, implica apoiar o povo palestino. Lutar contra a opressão imperialista aqui, é lutar pela derrota do imperialismo norte-americano e o Estado sionista.

Finalmente, para encerrar, a ONU, há algum tempo, decidiu pela solução de dois Estados. Isto ficou evidente que é inviável. Até agora, prometem, votam, mas nunca se põe em prática porque essa solução não evoluirá enquanto estiver em pé o Estado sionista de Israel. Há que derrotar o Estado sionista e o imperialismo para que se possa realmente reconhecer o direito

à autodeterminação. Enquanto isto não ocorrer, o imperialismo vai continuar prometendo e não cumprindo. Agora, estão negociando uma trégua, porém, a atitude do Estado sionista é das mais negativas. Não lhe importa nada. O importante para os sionistas é esmagar e continuar a avançando. Com isto concluo, apontando que a luta do povo palestino é nossa luta, porque é uma luta anti-imperialista.”

Segunda intervenção

“Antes de responder a pergunta, gostaria de pontuar sobre a questão da violência. Não existe a violência em abstrato, a violência na luta de classes, exercida por uma ou outra parte, tem uma finalidade, um propósito, que expressa, por isso mesmo, a aplicação do terror. O terror como recurso da ação política tem uma finalidade. É terror quando se lhe corta a água, a energia elétrica e o direito de comer às pessoas, isso é terror! É terror quando um colono dispara contra uma criança e não acontece nada, fica impune. É terror que crianças palestinas sejam presas por jogar pedras para defender suas casas. É o terror exercido pelo Estado terrorista de Israel. Com isto não quero afirmar que o terror exercido pelo Hamas seja diferente, enquanto terror como método, não, ambos são terror. Porém, a finalidade é distinta. O terror que exerce o Estado sionista tem como propósito impor a política expansionista, tem como propósito garantir a política do imperialismo que está por detrás. O terror do Hamas reflete o sentimento contra a opressão do povo palestino. De onde surge a forma da ação violenta do Hamas? Da impotência. Após se observar a coisa mais de perto, se pode perceber que não se tem nada, você não pode abrir a boca, qualquer coisa que você faça te torna suspeito, te massacram, entram em sua casa, violentam seus direitos, exercem o terror e você ... o único que pode fazer é ficar com muita raiva. É a raiva a que se expressa na resistência violenta. O Hamas aparece organizando esse sentimento, independentemente de concordarmos ou não com a sua forma. Eu, particularmente, não concordo com a ideologia do Hamas. Hamas não é um partido operário. É um partido confessional, jihadista, que defende um Estado religioso. Eu não concordo com essa finalidade, não me parece que seja a solução. Porém, independentemente do que me pareça, existe um fato objetivo: o Hamas expressa o mal-estar, a rebelião, a resistência do povo palestino. Que tenha êxito ou não, é outra discussão, o concreto é que aparece dessa forma. Não por acaso, o Hamas ganhou as eleições, mesmo após ter sido condenado de todas as formas, porque estava expressando esse sentido. Não sei se hoje tem o mesmo respaldo de antes, isso pode ser debatido, mas, de qualquer maneira, isto me parece importante. Não se pode condenar em abstrato a violência, há que discutir o seu conteúdo, pois não é a mesma a violência exercida pela reação, pelo Estado imperialista, que a violência da resistência do povo oprimido. São dois conteúdos distintos e opostos, quanto ao seu significado e à sua projeção.

A outra questão é: o que está enfrentando o povo palestino? E o extermínio. Porque efetivamente a solução dos dois Estados não funciona, e isso está comprovado, porque a ONU aprova todo tipo de resoluções, porque já dissemos, qualquer solução passa por derrotar o Estado sionista de Israel. Enquanto estiver de pé o Estado sionista, expansionista, imperialista, supremacista etc., todo este quadro de discriminação e opressão de categoria de cidadãos, inclusive entre eles, vai persistir, porque isso corresponde aos interesses materiais da classe dominante israelita.

Então a pergunta é: por onde pode vir a solução para este problema? Para nós, que estamos observando de longe, em perspectiva, há as seguintes possibilidades: uma a generalização por baixo, que o levante se generalize e incorpore e arraste os outros povos árabes e, obviamente, isto pressionaria os seus governos e os obrigaria a lutar, para derrotar o Estado sionista, arrastando o resto do mundo. Essa possibilidade não é irreal por aquilo que já observamos no mundo inteiro, numa grande solidariedade com a causa Palestina. Porque se vai percebendo que se trata de um problema geral. É, no entanto, difícil, pode ser que não aconteça, mas essa generalização, apontando a derrota do imperialismo norte americano e do Estado sionista, prefigura a possibilidade de um Estado democrático, laico, no qual os interesses que estiverem acima dos interesses do grande capital sejam os interesses do povo oprimido, independentemente da sua religião. Mas isto é muito difícil, pois há o problema de quem dirige, há divergências na orientação política que realmente é difícil.

A outra é a generalização por cima. Os governos burgueses árabes pactuem acordos. Porém, a experiência mostra que vão se cansar muito cedo e já fizeram acordos espúrios com o imperialismo, muitos deles já retrocederam e aceitaram a existência do Estado sionista.

Então, como enfrentar o extermínio? Por isso não resta mais do que o outro caminho. Ver como se constrói uma unidade revolucionária, que aponte à destruição do Estado sionista e do imperialismo. Não digo que seja fácil, mas não enxergo outra saída. O que vai acontecer agora? Israel invadiu o norte de Gaza – praticamente Gaza parece o gueto de Varsóvia, após o extermínio executado pelo nazismo na Segunda Guerra Mundial – e a pergunta é quem vai ficar a cargo do controle daquele lugar? E nisso existe uma discrepância com o imperialismo norte-americano. Biden defende que se entregue a Faixa de Gaza ao Al Fattah, ou seja, ao outro governo da Cisjordânia, que é um pouco mais “democrático” e mais tolerante, mas, Israel não quer! Dizem: nós vamos a controlar e aqui vamos decidir quem vai viver e quem não vai viver, ou seja, vai continuar com sua política expansionista e de extermínio. É realmente complicado. pois, o que se enfrenta é o extermínio.

Nesse contexto vou responder a tua pergunta. Existe no mundo uma posição burguesa democrática que condena o que está ocorrendo na Palestina, mas não condena o imperialismo, que não defende que há que derrotar o imperialismo no próprio país. É o caso do governo boliviano. O governo boliviano é anti-imperialista no discurso, mas na prática é entreguista e vende-pátria. Por que digo isto? Pela sua atitude em relação ao capital financeiro e às multinacionais. O que ocorre com a mineração da prata? O que ocorre com o petróleo? Exatamente isso, um governo que diz que as multinacionais são suas parceiras, mas condenam as ações contra os palestinos. Não enxerga mais longe, é uma mera pose. Simplesmente para aparecer na foto, não é casual o que ocorreu na ONU, onde a maioria dos países votou a favor de uma pausa humanitária, mas, depois não acon-

teceu nada! Ou seja, há essa oposição democrático burguesa ao que faz o Estado sionista, que tem uma orientação claramente fascista. Então, me parece que nesse cenário se inscreve muita hipocrisia, somente para foto. Porque, se realmente se pretendesse avançar, teria que agir mais claramente contra o imperialismo norte-americano e isto não vai acontecer, isto o governo não fará. A sua posição é hipócrita, portanto, é importante assinalar as suas limitações.”

Terceira intervenção

“Eu acrescentaria àquilo que o companheiro explicou mais uma coisa: informar-se, explicar, mas para quê? Para que entendamos que a luta do povo palestino é a nossa luta. As pessoas precisam entender isto Porque o que está se enfrentando é a opressão imperialista e as consequências dessa opressão. Os bolivianos também a enfrentam, e a luta do povo palestino não é alheia ao que interessa aos bolivianos como nação oprimida, para superarmos a miséria o atraso é a pobreza, ou seja, se trata de informar-se, se trata de qualificar e enxergar que em essência é uma única luta dos povos oprimidos contra a opressão imperialista.

O outro elemento que me parece essencial para ir finalizando é esta bandeira histórica a que fazia referência o companheiro de um Estado democrático laico na Palestina – com o qual eu estou de acordo – tropeça com um problema: a existência desse Estado não pode virar uma realidade enquanto o imperialismo estiver em pé. Isto não interessa ao imperialismo e tampouco ao sionismo. Esse Estado, nas condições atuais, não poderá existir, por essa razão não se pode separar a luta democrática da luta para acabar com o capitalismo. Ambas as coisas vão juntas, por isso estou de acordo com o que disse o companheiro. Há que dizer com clareza que a possibilidade de libertação do povo palestino passa por acabar com o sistema que provoca a opressão imperialista e gera o sionismo, que é o sistema capitalista. E isto é o que irmana todos os povos oprimidos. Nisto há que se ter muito claro. Sim, podemos ter divergências, entendo que esta é uma questão bastante apaixonante, mas em geral apoiar a luta, somar-se à tarefa de deixar clara todas estas questões e determinar com precisão onde está o inimigo e o que implica em todos os casos as características desta luta. É muito importante. Não podemos deixar-nos enganar pela falsa ideia duma luta entre a democracia contra o terrorismo. Isto é falso! Não se trata da luta do povo de deus contra os infiéis, estamos falando da luta de uma nação oprimida contra a opressão e os opressores, por isso essa é nossa luta. Acredito que é isto que nos corresponde impulsar.”

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



Adquirá já com o distribuidor do Massas
R\$ 5,00

Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário



2014

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Publicamos abaixo o pronunciamento de Ramon Basko ao programa online de entrevistas na Bolívia. Trata-se de uma imediata análise e posicionamento do Partido Operário Revolucionário (POR) da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Argentina - Balanço das Eleições

Entrevista com Ramon Basko, exposição inicial

Iniciamos o Balanço das eleições PASO em fins de agosto, e analisamos este fenômeno surpreendente com um político recente (Milei), pouco conhecido, ou conhecido só dois ou três anos antes, sem uma estrutura partidária para disputar a presidência da República. Isto não surpreendeu apenas a vocês, mas também nos surpreendeu como fenômeno. Milei conseguiu nada menos do que 14 milhões e meio de votos. Conseguiu pelo menos 11 pontos de diferença com relação ao candidato do peronismo. Foi uma vitória reconhecida, não há nenhum questionamento do processo eleitoral.

A primeira questão que sempre temos de ver é que as eleições são um reflexo deformado da realidade, mas, que é necessário analisar profundamente para entender as causas do porquê ocorreu esta eleição tão extraordinária. O ponto de partida tem a ver com o que analisávamos há um par de meses atrás, diante da situação de cansaço da grande maioria da população, da situação econômica insuportável. Insuportável porque estamos com 140 % de inflação e aumentando, porque levamos mais de 10 anos de retrocesso permanente dos salários e aposentadorias, de redução do poder aquisitivo em geral da população e de incremento da precarização do trabalho. Embora tenham aumentado os empregos, inclusive os empregos formais regularizados, em geral os empregos que aparecem são precários. Então esta situação de cansaço se combina com o discurso dos políticos justificando permanentemente a sua incapacidade de poder resolver os problemas de fundo.

Nós havíamos afirmado antes de que assumisse Alberto Fernández que o grande problema era subordinar a questão econômica ao programa do FMI. A extraordinária dívida que Macri fez nos colocou nas terríveis condições de submetimento do país, sob um programa que francamente inflacionário. O governo peronista de Fernandez se disciplinou a esse programa. Realizou o maior esforço para cumprir programa de pagamento aos credores, de endividamento extraordinário, e isto resultou em um péssimo governo. Este governo em que a maioria assistiu ao retrocesso de suas condições de vida e trabalho. Esta é a razão do fenômeno Milei, que aparece se rebelando contra o sistema, contra o regime político, contra os partidos que estão aí, com ideias que parecem malucas, como a de questionar o Congresso, de afirmar que vai botar fogo no Banco Central, que vai eliminar o Banco Central ou que a saída para a inflação é dolarizar a economia. Certamente um setor muito grande dos seus eleitores votou pela mudança. A ideia de que se está diante de uma mudança é um componente muito forte na eleição. E há um componente onde não entram os motivos por que, curiosamente, muitos dos seus eleitores afirmavam que eram contrários à privatização das Aerolíneas Argentinas, YPF ou privatizar a educação, a saúde e de outras propostas feitas por Milei. Contudo votaram em Milei porque representava a mudança. Diziam, "pior do que estamos não será possível". Experimentemos com este. É uma alternativa, isto é uma mudança. Então há numa parte nesses 30 % que votou originalmente por Milei em que existe a ilusão de que Milei poderá resolver o problema da inflação, poderá nos tirar desta situação de cansaço em que vive a economia. Agora, como é que chegou a quase 56 % dos votos? Aderiu a ele o setor de Macri de Juntos por el Cambio. Ele conseguiu obter quase todos os votos que havia conseguido Juntos por el Cambio no primeiro turno. Somados os votos que havia conseguido Milei aos que conseguiu o Juntos por el Cambio, é um pouco menos do total

de votos que conseguiu, ou seja, ele obteve todos os votos da oposição. Estes votos de Juntos por el Cambio têm um componente diferente. É o voto tradicionalmente conservador, tradicionalmente reacionário, tradicionalmente antiperonista. Não significa que na votação original de Milei não existisse também este voto. Em geral, Milei se beneficiou do voto da Juventude inclusive de setores dos trabalhadores, dos mais desprotegidos, setores que estão fartos da burocracia sindical apodrecida. Então obteve também votos desses setores. É importante considerar este fenômeno do ponto de vista da expectativa ilusória alimentada por Milei, porque veremos que esses setores que esperam uma mudança, que esperam mudar as suas condições de vida, que têm uma forte ilusão, vão se chocar com as medidas que serão tomadas por Milei. Este é um fato que tem muita importância.

A segunda questão diz respeito a como caracterizar o governo de Milei. Nós sempre afirmamos que os governos devem ser caracterizados do ponto de vista de que classe representa, que interesses defendem. Milei representa o capital financeiro, o mais concentrado do capital. Quem financiou a campanha de Milei, quem o levou aos meios de comunicação, são poderosos empresários. Esteve rodeado por influentes empresários em sua campanha eleitoral e, agora, na nomeação de seu gabinete, aparecem precisamente pessoas que respondem aos empresários mais poderosos do país. Entre eles, Roca de Techint que está por trás do chefe do gabinete de Milei. Isso tem importância porque se trata da nomeação de quem vai dirigir YPF, portanto, uma figura que tem relação com este grupo econômico. Então, precisamos caracterizar corretamente qual o caráter de classe do governo Milei que assumirá em 10 de dezembro. Será um representante do grande capital, do capital Internacional. Será um governo que vai respeitar, que vai reconhecer toda a fraudulenta dívida externa, que tem amarrado o País pelos pés e pelas mãos. E ele já prometeu mais de uma vez que vai pagar, que vai cumprir todos os compromissos. Isto já mostra qual o caráter que terá esse governo.

A terceira questão importante está em assinalar que Milei fez a sua campanha contra os partidos, contra a politicagem tradicional, contra todos os que levaram a Argentina a esta situação. Mas ele é parte do problema. Os que o financiaram, os que o promoveram nos meios de comunicação, os que trabalharam como fiscais no primeiro turno e inclusive os que completaram as suas chapas são também responsáveis. Milei não tinha condições para completar a sua chapa nas províncias e contar com fiscais para a eleição. O que lhe faltava foi fornecido por estas outras forças políticas. Ou seja, não há uma ruptura política com essa "casta", como ele afirmou em sua campanha. Mais do que isso. Apenas terminou a eleição, imediatamente, nessa mesma noite, se cumprimentam com Macri e organizam uma reunião clandestina para o dia seguinte. Clandestina porque não convocaram os integrantes dos partidos que compõem o Juntos por el Cambio e fizeram um acordo político que foi fechado no dia seguinte. Esse acordo político mostra que não havia uma ruptura com a "casta", que, ao invés de andar de costas para a "casta", havia uma aliança com o pior dessa "casta", que são as personagens do governo de Macri. Me parece que são estas as questões que devemos considerar.

Para concluir esta primeira seção, é importante assinalar que os partidos políticos implodiram. Os partidos que integram o Juntos por el Cambio rejeitaram esta aliança com Milei. O caracterizaram

como uma ameaça para a democracia, como uma ameaça contra os direitos que haviam sido conquistados e chamaram a não votar nele. Alguns chamaram a votar em branco. Então o Juntos por el Cambio deixou de existir e, provavelmente, também o PRO que era a organização partidária do Macri. O peronismo também está numa profunda crise, porque não conseguiu recuperar os votos que conseguiu Fernandes a quatro anos atrás. Foi castigado, ou seja, perdeu uma quantidade de votos, um castigo a sua política covarde de submissão completa ao Fundo Monetário e porque sob seu governo houve uma redução violenta dos salários e, em geral, das condições de trabalho. Então há uma crise interna inclusive, uma crise em que Massa, na noite da derrota, anunciou que se retiraria da política. Depois se retificou, deu um passo atrás, mas, de alguma maneira deixava o peronismo sem caudilho. Certamente uma grande quantidade de eleitores votaram no Massa, e foi um mérito extraordinário ter chegado ao segundo turno, porque conseguiu 45 % dos votos com uma política desastrosa, quer dizer, é um homem do governo, é o representante do oficialismo e isto provocou uma crise. Na próxima intervenção podemos abordar a questão sobre o que ocorreu com a esquerda e quais são as medidas econômicas que o Milei já está levantando para aplicar na próxima semana e a repercussão que já está tendo essas medidas. A primeira reação dos empresários foi que, no dia seguinte à vitória de Milei, que era feriado na Argentina, fizeram reajustes nos preços entre 40 e 50 %, de um dia para outro. Este é um aumento extraordinário, isto entre novembro e dezembro. Hoje, se anunciou que a principal panificadora do país fez reajuste de 120 % Imagine o que significa passar de uma semana para outra a comprar o mesmo produto pagando mais do que o dobro. Esta é a realidade. Por que os empresários fizeram isto? Porque entenderam claramente a mensagem de que este é seu governo, que diz que não haverá controle, que não haverá regulação de preços, não existirão mais os preços protegidos, então liberaram geral o aumento dos preços.

Primeira Resposta

Certamente não podemos cumprimentar nem desejar êxito a este governo porque é um governo que está direcionado contra a maioria oprimida, contra a nação. Ele tem falado claramente que reivindica o programa econômico de Menem, que foi o governo que provocou o maior desastre de entrega do País, o leilão das empresas estatais, a profunda reforma neoliberal do Estado. Ele reivindica Cavallo e o processo de dolarização, a conversibilidade, ou seja, as políticas que ele está propondo não são novas, já foram experimentadas e foram um desastre no país. Então o correto não é que lhe desejemos êxito, mas que acabe o mais rápido possível.

A pergunta é importante: se há uma direitização? Nós já fizemos um debate em agosto sobre se existiria uma direitização por parte da população. Nós acreditamos que não, que é importante saber qual é o conteúdo do voto. O que define o conteúdo não são esses 14 milhões de votos. Esses não defendem o racismo, essa defesa permanente da raça superior das pessoas de bem, esta diferenciação social exaltada permanentemente. Não é que os 14 milhões não deram importância a este tema, como não deram importância aos elogios de Milei a Thatcher, inclusive que a soberania das Malvinas deveria ser decidida pelos residentes e tantas outras barbaridades, como vocês assinalavam recentemente sobre a venda de órgãos, sobre o armamento ou sobre o Papa, ou sobre as características dos governos dos diferentes países. Evidentemente há uma cota de racismo e de desprezo pelos povos originários muito profundo por parte de Milei. Mas isto não significa que aqueles que o votaram acompanhem essas posições. Por isso afirmamos que essa base irá se chocar com este governo, porque muitos acreditaram que quando falava na dolarização o salário que hoje rece-

biam em pesos iriam recebê-los em dólares e que teriam muitos mais dólares do que poderiam comprar hoje. Isto é uma barbaridade, isto é insustentável. Porém, no imaginário popular, ficou essa ideia e ele não a corrigiu. Um aspecto que tem muita importância é que sua vice-presidente é uma pessoa que reivindica a ditadura militar, que esteve em contato permanente com Videla e com os repressores mais conhecidos. Visitou-os no cárcere, e reivindica a libertação dos genocidas. Isto tem de nos fazer refletir, não sobre a mudança dos que votaram em Milei, ou se há uma direitização do povo argentino, senão que há uma direitização dos partidos, dos meios de comunicação, das instituições, o que é diferente. Então há que se perguntar por que, após tantas lutas pelos direitos humanos durante tantos anos, Milei possa ter tido acesso tão facilmente aos meios de comunicação e falar alegremente barbaridades, reivindicar a repressão, o sequestro de crianças, sequestro de trabalhadores, desaparecimentos e bestialidades praticadas. Por que ocorreu isto? Esta é a expressão geral de que os partidos políticos foram direitizando seu discurso e sua atitude, assim como as direções sindicais. Foi isto que abriu caminho a este discurso de ultradireita. Em 10 de dezembro, os argentinos celebrarão, provavelmente, os 40 anos de democracia, 40 anos do fim da ditadura e estarão colocando no poder uma vice-presidenta e um presidente, bem como ministros que defendem a ditadura militar, a sua política e a repressão contra a vanguarda. Este é um assunto que precisamos continuar discutindo. Em nossa opinião, não há uma direitização das massas exploradas. Por exemplo, dois meses atrás houve uma experiência interessante. O governador de Jujuy, que vocês conhecem muito bem, ganhou as eleições e acreditou que obteve uma carta branca para reformar a Constituição, avançando sobre os territórios dos povos originários. Mas, quando aprovou a Constituição, enfrentou um levante popular extraordinário em que se juntaram aos povos originários, os funcionários públicos e os trabalhadores na educação, provocando uma rebelião que durou semanas. Um governo eleito poucas semanas antes e que ganhou com uma margem muito boa. Por isso é importante ver qual o conteúdo do voto, e não se aferrar mecanicamente ao resultado eleitoral. Certamente que Milei é um perigo para toda a América Latina e como foi corretamente assinalado sobre Israel em uma das intervenções anteriores, como isto afetará os trabalhadores da Bolívia e do Paraguai que trabalham na construção civil. O primeiro golpe será contra a construção, pois, quando falam que as obras públicas serão reduzidas a zero, significa frear as obras públicas em todo o país. Este será um golpe terrível contra a economia e significa que dezenas e centenas de milhares de trabalhadores ficarão desempregados nos próximos meses. Isto é um golpe, e nós já o experimentamos. Muitas famílias, porque há uma integração muito forte dos bolivianos em nosso país, tiveram de voltar a Bolívia, pois ficaram desempregados. Esta será a consequência de uma política tão agressiva de reformas que Milei pensa em implementar. Então, acredito que não haja esta direitização dos trabalhadores. O que há é uma direitização do governo, das instituições, das direções sindicais que permitiram o acenso de Milei

Em que consiste o plano que se quer aplicar, o plano que Milei agora disse que apresentará em um pacote de medidas no dia seguinte da posse? Essencialmente, será a liberação de preços e de todo controle sobre a economia, porque diz que há uma inflação acumulada. Então, defende que se movimentem em liberdade, liberar o dólar e reduzir a zero as obras públicas. Este será um golpe terrível, porque hoje há um informe da Província de Santa Fé de que têm 800 obras em curso e são obras que não serão assumidas pelas empresas privadas porque não têm interesse. Nenhum empresário privado quer resolver o fornecimento de água potável em Santa Fé nem construir determinadas estradas nem autopistas, nem escolas nem hospitais. Estas são obras de infraestrutura que devem ser construídas pelo Estado. Então esta será a consequência da política que será aplicada. É uma mentira que fará um ajuste à

política. É uma mentira que já conhecemos. O Macri tentou com os ministérios que os transforma em secretarias, mas as secretarias mantêm o seu quadro de pessoal. Trocam os funcionários e entram outros com salários mais altos, ou seja, não muda nada porque este gasto do Estado não tem maior peso no orçamento. O que está claro é que será um ajuste contra os trabalhadores. Por isso, está advertindo que vai reprimir, que fará cumprir a lei, porque já sabe que um contingente de trabalhadores desempregados, os movimentos sociais e trabalhadores em geral sairão imediatamente à luta. Já ontem houve uma reunião com um sindicato dos caminhoneiros e os sindicatos vinculados ao petróleo, alertando contra a ideia de privatizar YPF. YPF já é metade privatizada, porque os acionistas privados têm a metade e o Estado controla 50 % das ações. Então, o problema é como defender YPF. E decidiram esperar duas semanas para ver concretamente quais serão as medidas que esse governo irá tomar, se se atreverá a privatizar e em que termos vai privatizar e YPF. Então há um estado de alerta geral, porque o ajuste não é contra a política como disse Milei, é contra os trabalhadores. Isto irá provocar uma grande recessão, um grande desemprego, uma queda maior do salário nos próximos meses, e estas políticas já foram aplicadas no passado. Esta ideia de que há que esfriar fortemente a economia, provocar um grande desemprego, uma grande recessão e assim baixar a inflação não é nova. Claro que a inflação vai baixar. Se consegue aplicar com êxito, e avançar com esta política, vai reduzir a inflação, mas, a um custo social terrível. A inflação deve ser baixada por outros meios, mas isso podemos discuti-lo na próxima fala.

Segunda Resposta Conclusiva

Existe o perigo dele aplicar o ajuste fortemente no terreno da saúde, assistência social etc. Isso já foi feito por governos anteriores. Temos de diferenciar a atitude que tem por exemplo os trabalhadores da saúde, que têm uma atitude de defesa. Os médicos e enfermeiros - o setor de saúde de conjunto - defendem a gratuidade universal, sem nenhum tipo de discriminação. Eles alcançaram uma consciência muito forte de defesa da saúde para todos, porque é uma conquista muito importante em nosso país. Defender a assistência aos trabalhadores migrantes, não somente da Bolívia, mas também de outros países, é fundamental porque, lamentavelmente, nos outros países não existem as condições de atendimento como existe na Argentina, e isto é uma conquista que devemos defender. Os governos estão contra, e provavelmente pretendam ajustar. Não desconhecemos que queiram avançar neste terreno. Vão procurar todos os pretextos para gastar menos, porque, para eles, há que cortar por este lado. A saúde universal não é nenhum privilégio, é um direito conquistado ao longo de várias décadas.

Eu acredito que a dolarização está comprometida. Milei não pode abaixar esta bandeira porque foi o que o tornou conhecido durante sua campanha e aparecia como uma resposta à inflação. Acredito que, pelo que afirmam os organismos internacionais, os principais bancos e as grandes empresas, seria um suicídio, seria se submeter às decisões do banco central norte americano, que precisamente não se caracteriza por não emitir. Da crise de 2008-2009 até este momento, passou de 10 bilhões de circulante a 20 bilhões atualmente e isto é um problema para os Estados Unidos. Reconhecem que o Federal Reserve deveria recuperar essa massa de dólares emitidos pela crise, primeiro, pela grande crise de 2008-2009, e, depois, pela pandemia. A crise que se abriu com a guerra na Ucrânia e, agora, reforçada pela nova guerra na Palestina, faz com que precisem destinar cada vez mais recursos e não possam recuperar esses dólares emitidos. E uma das razões da inflação que custa abaixar nos Estados Unidos diz respeito à massa de dólares que está em circulação.

A relação com Bolívia é fundamental para o nosso país Assim como a relação com toda a América Latina. Não há nenhuma chance de que os nossos países possam se salvar isoladamente. Nós todos, de uma ou de outra forma, estamos submetidos ao capital financeiro, temos de romper com isso, o que não pode ser feito por nenhum país por sua conta. Precisamos da unidade latino-americana em todos os terrenos e essa unidade tem de ser construída pelos trabalhadores, camponeses e estudantes. Voltando à formulação feita recentemente pelo Paolo, coincido em grande medida com a análise que ele faz sobre as políticas desastrosas do peronismo, nós não os caracterizamos aqui como de esquerda. Em geral, o POR considera uma esquerda democrática, democratizante, que intervém no Congresso, nas eleições, com uma política não revolucionária. Certamente, o peronismo, com Christina Kirchner, teve uma revitalização, porque, após as explosões de 2001, apareceu como o salvador do Estado, da economia, e, certamente, teve um desenvolvimento importante como não havia acontecido antes na história do país, daí tira sua força o kirchnerismo, desses anos em que cresceu o emprego, houve recuperação dos salários, recuperação das aposentadorias, se conquistaram muitos direitos nesses anos. Mas qual o limite, pois, como disse o Paolo, não foram capazes de ir a fundo com as reformas que deveriam ser feitas, não foram capazes de romper com o círculo de dependência da dívida externa, nem foram capazes de retroceder as reformas neoliberais da ditadura militar e do Menem. Esta é a grande frustração que fez com que toda uma camada de jovens, que não experimentaram aquele crescimento, perceba apenas o desastre destes últimos 10 ou 12 anos, um retrocesso contínuo. Então não há mentira que possa colar e isto provocou um sentimento de frustração e de bronca contra essa direção política. Estão cansados da mentira e dos discursos, e de não resolverem os problemas mais imediatos. Terem afirmado que fariam uma guerra contra a inflação, mas a inflação duplicou, triplicou. Essa foi e é uma burla insuportável para a população trabalhadora, então isto provoca muita bronca, porque há uma decepção. O período de 2001 para frente provocou uma ilusão de que era possível uma mudança mais importante no país. Tudo isso acabou em nada.

Nós acreditamos que o problema maior da corrupção no país é o contrabando, são as negociatas das grandes empresas, é a dívida fraudulenta que nos obrigam a pagar, porque esvaziaram o País, levaram o dinheiro para o exterior, esse é o problema. Não é que não haja dólares, os capitalistas os levaram. Contraíram uma dívida gigantesca, os empresários levaram os dólares para fora do país e a dívida ficou para a população pagar. Este é o maior escândalo de corrupção e entrega do país.

Mas isto logicamente não é conhecido pela maioria. A maioria vê apenas as pequenas vantagens, certos privilégios, alguns acertos e retrocesso. Molesta muitíssimo, provoca muita bronca, mais ódio contra os políticos, contra os partidos que são incapazes de extirpar essas pequenas corrupções, porque é permitida para propiciar as grandes negociatas das empresas, das multinacionais, dos bancos. Por isso, se tem essa degradação da política. Certamente, falharam e estão recebendo a conta. Falharam porque não tomaram as medidas que deviam tomar, que eram as esperadas pela população. Assim, a população não está entregando uma carta branca a Milei. Quando a população vir as medidas concretas que irá aplicar, vai reagir e vai se levantar. É isso que já se está discutindo. Nós conhecemos os movimentos de desempregados e muitos companheiros nos diziam que nas suas próprias fileiras havia gente que votou em Milei, e quando denunciávamos que acabaria com os auxílios, eles responderam que não importa, que é necessária uma mudança. O fato é que vão enfrentar, quando queiram lhes retirar os auxílios, vão se rebelar, porque ao mesmo tempo não há empregos, então esta é a contradição.

O problema da inflação neste país se encontra no programa do FMI, como sempre aconteceu. O motivo da inflação é a aplicação das políticas do FMI, que implicam sempre a desvalorização do peso, taxa de juros altamente positivas, abertura às importações, ajuste de tarifas de acordo com a inflação e os preços internacionais. Então essa é a base da inflação, e se não se acaba com estes acordos, com esta submissão ao Fundo Monetário, ao capital financeiro, não há forma de sairmos desta situação. Esta é a raiz do problema.

E para terminar queria assinalar que nós alentamos a rebelião de todos os trabalhadores contra todas as reformas antioperárias e antinacionais que Milei pretende aplicar, e que já estão antecipando os conflitos. Da mesma forma, nos movimentos dos desem-

pregados e da juventude, temos de defender a educação, a saúde. Há que impedir que privatizem Aerolíneas e YPF e tantas outras empresas que colocaram na lista. Essa ideia de que há que transferir tudo ao capital privado é uma loucura. Isso já fracassou no passado, foi um desastre e não se pode repetir.

Minha expectativa é que, na próxima vez que nos encontrarmos com os irmãos bolivianos, possamos discutir como superamos este problema de Milei e nos reencontremos na senda do crescimento da irmandade e do desenvolvimento de nossas economias, porque temos recursos extraordinários para que todos possamos viver bem, viver do nosso trabalho, viver do que produzimos, dos enormes recursos com que contamos. Muito obrigado camaradas, e até a próxima.

Chile

Publicamos a seguir a posição do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), diante do Plebiscito Constitucional 2023 sobre o texto da Nova Constituição. Está publicado no Jornal Lucha Obrera de 15 de dezembro de 2023. O Comitê Construtor chama os trabalhadores chilenos a anularem o voto, condenando a fraudulenta manobra da burguesia e do governo Boric em torno à reforma democrática do Estado burguês.

Os camaradas chilenos são coerentes com a linha que desenvolveram contra os desvios democratizantes desde a eleição de Boric, que serviu de meio e instrumento para bloquear a rebelião das massas e submetê-las à caricatura de uma Constituinte, que resultaria em retomada das forças conservadoras e reacionárias, que pactuaram a transição da ditadura sanguinária de Pinochet ao regime institucional, que não eliminou as heranças do golpe de 11 de setembro de 1973. As esquerdas em geral se dobraram diante das pressões da farsa democrática, ajudando a eleger Boric e a realizar a Constituinte que se mostrou subordinada aos interesses da oligarquia burguesa chilena e à manutenção da influência do imperialismo norte-americano sobre o país.

Esse posicionamento do Comitê Construtor do POR está de acordo com o balanço histórico da traição à classe operária e aos demais explorados levada a cabo pelo Partido Comunista e o Partido Socialista, que constituíram uma frente popular de conciliação de classes, formaram o governo da Unidade Popular, sob a direção de Salvador Allende. Está de acordo com a denúncia, a rejeição e a luta contra a via pacífica da transformação socialista, concebida pelo estalinismo e pelo reformismo pequeno-burguês socialista. Está de acordo, portanto, com as diretrizes do programa da revolução social, que levará os explorados ao poder, estabelecerá a ditadura do proletariado, expropriará a oligarquia burguesa chilena, romperá com o imperialismo e iniciará a transição do capitalismo ao socialismo, como parte da revolução mundial.

O CERQUI se empenha na tarefa de potenciar o partido-programa no Chile, trabalhando sob a perspectiva de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, fundado nos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional, sob a direção de Lênin e Trotsky, liquidado por Stalin, restabelecido em suas bases programáticas pela IV Internacional, fruto da luta contra o processo de restauração capitalista na URSS e pela revolução socialista mundial. A profunda crise de direção, que comparece diante das guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza, diante da potenciação da ultradireita fascizante na América Latina e diante da escalada militar impulsionada pelos Estados Unidos em sua guerra comercial contra a China, se deve a dissolução da IV Internacional e, portanto, da ausência centralizadora do Partido Mundial da Revolução Socialista. Os combates nesse marco de decomposição do capitalismo exigem da vanguarda recuperar o terreno perdido para a contrarrevolução e avançar sobre a base do programa da revolução social.

Chile

A corrupção de todas as instituições burguesas torna impossível resolver os problemas da nação e da classe operária

Os politikeiros burgueses e pró-burgueses chilenos insistem em levantar a palavra de ordem de uma Assembleia Constituinte, continuando o caminho percorrido desde o fim da ditadura militar, seguido por governos de ditadura civil, cujo resultado significou a manutenção e reafirmação de um regime político em favor da burguesia nacional e multinacional, contra a classe operária e contra a nação.

Os protestos populares nasceram contra a profunda crise capitalista de 1983, que destruiu a economia e a moeda nacional, levou à falência os bancos, com suas carteiras vencidas. Para enfrentar a crise bancária, Pinochet decidiu vender 10,5% de suas rendas para os aposentados, uma dívida que nunca foi cancelada, menos ainda após o governo implementar as AFPs e privatizar os fundos de pensão de todos os trabalhadores, crise que não foi resolvida pela burguesia até hoje. Se conspira privatizando ativos fiscais e nacionais a preços subvalorizados, ou seja, a um preço vil, aprofundando a fome e a miséria das grandes maiorias nacionais, chocando-se contra a classe operária e todos os trabalhadores do país. Apesar dessa situação, as massas operárias e populares continuaram pressionando contra a ditadura militar, transformando a crise social em política, que precisava ser detida. Um freio determinado por toda a burguesia.

Era uma situação que pôs em alerta a oposição burguesa, a burguesia pró-ditadura e até o imperialismo norte-americano. O jornal El Mercurio, nos seus editoriais, sustentava que era preciso voltar à nobre atividade da política. Ou seja, a atenção da classe dominante, tanto de governo quanto de “oposição”, foi aguçada. A força bruta do pinochetismo foi enfraquecida politicamente, já não bastava ele ter eliminado dentro do Chile, principalmente a vanguarda operária e os grupos insurgentes, que foram desmantelados e tiveram seus dirigentes e parte de suas bases assassinados. Torpemente começa a eliminar qualquer voz dissidente fora do país, com ataques terroristas que causaram a morte de Letelier e sua secretária nos Estados Unidos, Prat e a mulher dele na Argentina, feriram gravemente Leyton e a mulher na Itália, o que aumentou a rejeição internacional à ditadura militar, abrindo um flanco onde a oposição burguesa interveio com os métodos burgueses do eleitoralismo.

A política do PCCH stalinista, na Frente Popular de Salvador Allende, tentou subordinar toda a classe operária nacional, desarmando-a de sua política de classe e contra a burguesia, com uma política estéril e pró-burguesa, mas anunciava a possibilidade de formação de uma sociedade socialista no país. Esta ideia, utópica e hilária, percorreu o mundo como sendo a primeira experiência a avançar pacificamente para uma mudança de sociedade, com uma classe operária desarmada e traída politicamente pela Frente Popular. O PCCH, manteve seu colaboracionismo, mas mudou abruptamente estruturando uma organização paralela e sectária ao partido, com o nome de Frente Patriótica Manuel Rodríguez, passando a desenvolver a luta armada, “na suposta luta contra a ditadura”, agindo isoladamente sem uma proposta que unificasse as organizações populares em torno a um programa claro e concreto, que deveria ser liderado pela classe operária, como direção da nação oprimida. Fez o contrário do que um partido revolucionário marxista-leninista-trotskyista deveria fazer, limitando sua luta à formação de um grupo foquista,

como os já conhecidos na América Latina, cujas políticas nacionalistas os levou a um fracasso retumbante. O mesmo aconteceu com os revisionistas que se dizem trotskistas, que mantiveram seu reformismo democratizante, com a proposta de uma Constituinte “Soberana”, – o sobrenome não muda o caráter da classe burguesa. Uma organização que a ditadura usou como pretexto para endurecer a repressão contra as massas e esmagar os direitos trabalhistas e sindicais da classe operária e dos funcionários públicos. Esse partido permitiu uma saída no final do governo a Pinochet, garantindo-lhe uma retirada honrosa e o manteve como comandante em chefe do Exército e senador vitalício.

A passagem do militarismo para um governo civil resultou da “negociação” dos líderes dos partidos burgueses de oposição junto com a burguesia pró-governo militar. Conceberam uma fórmula, o mais pacífica possível, com leis secretas que ainda não são conhecidas. As frações burguesas, da direita à esquerda, permitiram à ditadura uma saída suave, para salvaguardar o regime político neoliberal burguês, que não permite qualquer mudança em favor da classe operária, dos oprimidos e da nação, pelo contrário, mantém a opressão, a exploração dos operários, dos funcionários públicos, beneficiando a burguesia nacional e o imperialismo com suas guerras de extermínio, que subjagam nações de capitalismo atrasado, semicoloniais, generalizando a barbárie capitalista mundial.

Para entender o que estamos dizendo, é preciso conhecer objetivamente os acontecimentos da história, dos últimos 50 anos, que o país viveu.

Os protestos populares começaram encabeçados pela vanguarda operária e popular contra a ditadura. A pseudo-esquerda se encarregou de confundir e submeter as massas populares a um método de luta baseado no eleitoralismo, enganando as maiorias nacionais de que é possível acabar, dessa forma, com o pinochetismo, com quase duas décadas de miséria, fome, mortes, torturas, diminuição das operações policiais contra os povoados populares, semelhantes aos pogroms de Hitler. Esta proposta acabou sendo aceita pelas massas, que já não suportavam a miséria por mais tempo, permitindo uma saída honrosa e pacífica à ditadura. O governo militar convocou um referendo para 5 de

\$2.500
Partido Obrero Revolucionario

LANÇAMENTO

Adquira já
com o
distribuidor
do Massas

R\$ 20,00



EL GOLPE FASCISTA
Y LA INVIVIBILIDAD DE LA
VÍA PACÍFICA AL SOCIALISMO

EDICIONES MASAS - CERCI

outubro de 1989, chamando para votar se o governo militar devia permanecer no poder. Para isso, era necessário marcar SIM. A rejeição era NÃO. A maioria votou pela rejeição, e as massas acharam que todas as garantias democráticas seriam restauradas pelos futuros governos civis. O que realmente aconteceu é que governos de ditadura civil foram instalados, mantendo os princípios da ditadura militar, reafirmados pela Constituição Política de 1980, de uma constituição neoliberal, para exportá-la para o resto do mundo pútrido do capitalismo decadente.

Um regime político extremamente reacionário precisou ser reformado. Para isso, foi convocado um plebiscito de reforma constitucional e, assim, realizar a truculenta “transição para a democracia”, apresentada por Pinochet como: “Projeto para o aperfeiçoamento da Constituição Política da República”. O que era camuflado na caracterização feita pelo ditador militar, foi reafirmado no que aconteceu nas últimas cinco décadas dos governos posteriores.

Este “projeto” foi solicitado pelo então candidato indicado pela oposição, Sr. Patricio Aylwin Azocar, aceito pelo governo. O Ministério do Interior emitiu o Decreto 939 convocando a realização de um Plebiscito, que foi preparado pelos especialistas constitucionais dos partidos políticos da coalizão Concertação pela Democracia, pela Renovação Nacional e pelo governo de fato (Pinochet), fixando a data, para realização do mesmo, o 30 de julho de 1989. Uma vez concluída a votação, o resultado foi uma maioria de 85,7% contra a continuidade da ditadura; o governo só alcançou 8,21% dos votos e, ainda houve 3,62% de votos nulos e brancos, com uma participação de 97,53% dos eleitores. Dessa forma, a reforma constitucional acordada pela oposição com a ditadura de Pinochet foi concluída.

Augusto Pinochet “aceitou” se manter no cargo de Comandante-em-Chefe do Exército até 1998 e, nessa mesma data continuou como Senador Vitalício, ano em que decidiu por livre e espontânea vontade viajar para Londres, devido a problemas de saúde. Sua prepotente arrogância lhe pregou uma peça, porque seus colaboradores próximos o alertaram de que havia um mandado de prisão internacional para crimes cometidos entre setembro de 1973 e meados da década de 1980. Em 16 de outubro, ele foi preso em cumprimento ao mandado de prisão decretado pela Justiça espanhola, procedimento realizado pelo juiz Baltazar Garzón, acusado dos crimes de tortura e desaparecimento de cidadãos espanhóis ocorridos desde setembro de 1973 no Chile durante a ditadura militar. Enquanto estava na prisão, a ex-primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, interveio diretamente para sua libertação, que ocorreu em 2 de março de 2000. Também teve o apoio do governo do Chile, quando Eduardo Frei Ruiz-Tagle estava no governo, usando como pretexto para essa determinação que a “justiça” seria feita no Chile. O juiz Juan Guzmán iniciou o processo contra o agora ex-ditador por crimes contra a humanidade, mas foi temporariamente perdoado

por dois votos contra um, devido à “demência senil”. Pinochet conseguiu burlar a justiça mais uma vez. Repetiu-se dessa forma o que ocorrera com o comitê de enlace, com os pinocheques, esta- fa praticada pelo seu primogênito – e o “Congresso dos Estados Unidos achou 125 contas bancárias secretas de Augusto Pinochet, abertas desde 1994 e inclusive durante a sua detenção em Londres. O ex-ditador foi acusado de fraude fiscal e falsificação de documentos, entre outros crimes”. (Nota da BioBiochile.cl/notícias, “Operações Familiares para Proteger a Herança Imobiliária do Ex-Ditador” Ciper Chile ETC.

Os setores democratizantes pró-burgueses não diferenciam os trabalhadores em geral da classe operária em particular. A classe operária, através de suas lutas contra a classe inimiga, a burguesia, vem acumulando uma experiência essencial para destruir seu inimigo, a classe exploradora, o opressor que vive do trabalho dos outros, porque é dono dos meios de produção: indústrias, máquinas, terras, dona de todos os recursos naturais, água, energia sustentados pela propriedade privada de todos esses recursos que lhe permitem ser todo poderoso diante dos operários, trabalhadores de setores auxiliares que a burguesia precisa para se manter no poder sob um regime político de ditadura de governos civis ou militares. Por outro lado, a classe operária ao longo de sua história desenvolveu seus métodos de luta, para melhorar seus salários e dar à sua família um bem-estar que lhes permitisse melhorar suas condições de vida. Ademais, sua vanguarda revolucionária é a que constrói o partido revolucionário, com base nos métodos da classe, elabora o programa revolucionário baseado no internacionalismo proletário, tanto nos países capitalistas industrializados quanto nos países atrasados. A luta é contra as burguesias nacionais submetidas ao imperialismo, contra os Estados dirigidos pela burocracia estalinista que restaurou o capitalismo e contra os regimes burocratizados que deslocaram a classe operária da condição de classe dominante. Nestas lutas, devemos defender a frente única anti-imperialista, unificando a classe operária como dirigente natural de todos os oprimidos da nação, incluindo todos os funcionários públicos, hoje, a serviço do proletariado contra o Estado burguês. Para tomar o poder, erguendo imediatamente a ditadura do proletariado e socializando os meios de produção, de forma a estabelecer o planejamento da economia e o monopólio do comércio exterior, para destruir e enterrar todos os vestígios capitalistas em favor do bem-estar que a natureza nos propicia como seres vivos e em harmonia com ela.

Na votação de 17 de dezembro, a classe operária e o povo devem anular seu voto, contra a politicagem burguesa, contra o engano da reforma constitucional

Somente a classe operária com sua organização, programa e coerência revolucionárias porá fim ao extermínio de seres humanos que promove o decadente e corrupto sistema capitalista no mundo. Por isso, nossa proposta política é:

CRIAR PARTIDOS OPERÁRIOS REVOLUCIONÁRIOS EM TODOS OS PAÍSES

SOB A DEFESA DA DITADURA E DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

RECONSTRUÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL, MARXISTA-LENINISTA TROTSKISTA

REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL OU BARBÁRIE CAPITALISTA

(CC POR - Chile - CERQUI)

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Publicamos abaixo a entrevista de Atilio de Castro ao Canal Valter Ponto, em setembro, quando a IV Internacional completava 85 anos. Na ocasião, não foi possível publicá-la no Jornal Massas. Agora, ao se recolocar a questão da crise de direção e a necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, avaliamos como importante as considerações expressas nessa entrevista, realizada há cerca de dois meses e meio.

85 anos de fundação da IV Internacional

Considerações iniciais

É a segunda vez que eu faço uma entrevista contigo. É sempre um prazer. Nós apreciamos muito essa sua disposição de divulgar, pôr em discussão as posições do marxismo-leninismo-trotskismo e, em particular hoje, as ideias do Trotsky, quando a IV Internacional completa 85 anos.

Talvez um dia possamos fazer uma entrevista sobre o próprio Lênin. Sabe que nós editamos um livro sobre o Lênin, fruto de uma exposição sistemática no jornal Massas, a cada 15 dias expúnhamos um aspecto. E, praticamente, temos uma história do pensamento leninista em suas várias etapas. Também publicamos muito material de Trotsky. E acredito que seja correta a informação de que a primeira tradução para o português do Novo Curso de Trotsky, escrito 1923 e que deu origem à Oposição de Esquerda russa foi traduzida e editada pelo POR. Até fiquei sabendo, numa discussão na TV Comuna, que a esposa do historiador gaúcho Mário Maestri havia traduzido o Novo Curso, informamos a ele que o POR já o havia publicado.

O POR se esforça muito em assimilar o passado, porque muitos aspectos do presente, hoje, não se explicam, se não se entende o passado. Participei agora, no dia 23, no Segundo Encontro Internacional Leon Trotsky, promovido pelo comitê Mário Pedrosa. Participando de uma das Mesas, fiz referência de que deveríamos discutir, naquele momento que se encontravam várias tendências que se reivindicam do trotskismo, justamente, sobre o problema da crise de direção, uma vez que as políticas que as correntes têm desenvolvido no presente não correspondem às formulações de Trotsky. O que mais ressalta no momento é qual foi a posição diante do bolsonarismo e da ascensão da ultradireita, da volta de Lula ao poder, da constituição de uma frente ampla e da participação do PSOL, que praticamente está no governo. No interior do PSOL, há mais de uma corrente que se reivindica do trotskismo, como o MES, por exemplo, que estava na mesa do 2º Encontro. Então, note que os confrontos e divisões muito radicais, que separam as correntes do trotskismo, nos obrigam a afirmar que não pode haver “trotskismos”. Nas exposições, ficou muito claro que o POR está a uma distância intransponível em relação às demais posições, que foram expressas, em especial, pela Resistência e MES, ali defendendo o PSOL. Isso tem a ver com o passado, tem a ver com o revisionismo que se instalou no interior da própria Quarta Internacional.

Então, para concluir essa primeira ideia, acho que é muito importante que haja o máximo de esforço em recorrer ao passado. De trazê-lo ao presente, de trazê-lo na forma de respostas aos problemas que estamos vivendo. Cada vez que respondemos a um problema, vivamente, lá o passado se faz presente. Vou dar um exemplo: a guerra na Ucrânia. Ninguém entende a guerra na Ucrânia corretamente, em todos os elementos e em seu desenvolvimento, se não se clarear os seus vínculos com a restauração capitalista e a derrocada da URSS. Não se entende a guerra na Ucrânia fora da desintegração da URSS. Não se entende a Ucrânia fora das inúmeras ex repúblicas soviéticas que voltaram ao capitalismo, que servem às pressões do imperialismo, e padecem da continuidade da opressão nacional exercida pelo Estado Russo restauracionista. Esse é um problema que, se não trouxermos todas as formulações da Oposição de Esquerda, de Trotsky, se não tivermos o entendimento sobre que ponto chegou a contrarrevolução encarnada pelo estalinismo e qual o significado da queda da União Soviética, não entendemos a questão da guerra na Ucrânia.

Veja que, em torno à guerra na Ucrânia, emergiram posições díspares entre as correntes que se reivindicam do trotskismo. Está aí um exemplo de grande importância, quando se tem uma data como a do assassinato do Trotsky, dia 20 de agosto de 1940, logo mais a da fundação da Quarta Internacional, 3 de setembro de 1938, a classe operária está diante da necessidade de lutar contra a guerra. Estamos fazendo essa entrevista em função desse momento, não somente uma homenagem a Trotsky e uma denúncia do crime bárbaro praticado pelo estalinismo, mas para recuperar suas ideias, trazer suas ideias e suas contribuições ao presente, e, sobretudo, demonstrar o acerto histórico da heroica luta de Trotsky. Se nós tivéssemos a União Soviética avançando, o socialismo estivesse se fortalecendo e o Partido Comunista Russo se apresentando realmente como um partido que segue o bolchevismo, se nós tivéssemos essa situação, Trotsky estava morto quanto revolucionário, estaria liquidado perante a história. Justamente pela negativa, a história confirmou que Trotsky estava certo. E não tem como ser marxista fora do embate que Trotsky travou em defesa da União Soviética. Então essa é a primeira consideração que eu faria.

Resposta à primeira pergunta

A questão é bem ampla, você acabou expondo vários aspectos. Me pareceu que aí contêm três questões, três aspectos. A primeira é a profunda despolitização, o desconhecimento da história da Revolução Russa. Inclusive, principalmente, da própria história posterior à decomposição estalinista do Partido Bolchevique, que levou à restauração na Rússia, à destruição da URSS. Há muito desconhecimento sobre esse aspecto, e é um desconhecimento, não porque não se escreveram livros sobre o assunto. Há muita coisa escrita sobre esse assunto. O desconhecimento que eu falo é do ponto de vista da militância, em vista de como construir um partido e combatendo uma força política, que é uma força que quer arrancar da classe operária sua própria história. É como se a classe operária não tivesse essa história, ou como se a Revolução Russa não fosse produto da revolução proletária, como se a criação do Partido Bolchevique não fosse criação da classe operária. E como se a degeneração do Partido Bolchevique, a estalinização da URSS, não fosse um fenômeno contrário à classe operária.

A burguesia trabalha com todos seus meios para arrancar da classe operária sua própria história. O Partido Revolucionário é o único que pode não apenas conservar essa história como desenvolvê-la através da luta de classes, de novos aspectos da história da classe operária. Então, a Revolução Russa tem um lugar na história que é a confirmação das teses de Marx e de Engels de que o capitalismo é um sistema que não se eternizará. Que é um sistema que dará lugar a uma sociedade mais evoluída, superior, que será a sociedade sem classes, a sociedade comunista. A ideia de que a sociedade de classes é a única possível e que o capitalismo, por ser a sociedade de classes mais perfeita possível, é insubstituível foi refutada cientificamente por Marx. A Revolução Russa confirmou a possibilidade de a classe operária chegar ao poder, expropriar a burguesia, dar os primeiros passos na transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, realizar essa transformação com a estatização de todos os meios de produção, impor a economia planificada e estabelecer o monopólio do comércio exterior. Esses foram os grandes feitos iniciais da revolução proletária. São conquistas históricas da Revolução Russa, cuja linha geral me parece que é um ponto dos mais importantes, ou seja, iniciou a transição do capitalismo ao socialismo.

A tentativa de iniciar a transição foi anterior, começou com a Comuna de Paris, em 1871, mas a classe operária não estava preparada, e nem a I Internacional fundada por Marx e Engels, em 1864, estava preparada, devido a que o capitalismo não havia esgotado suas possibilidades, o que ocorrerá na época imperialista, iniciada no final do século XIX e início do século XX. A Revolução Russa, que abriu a transição do capitalismo ao socialismo, é uma revolução da época do capitalismo imperialista. Que se configura como a última etapa do capitalismo, não há como o capitalismo continuar a desenvolver as forças produtivas, a não ser destruindo parte delas por meio de guerras, criando situações de barbárie a todo instante. A Revolução Russa tem a grandeza na história de iniciar um processo de transição do capitalismo para o socialismo. Essa é uma ideia muito importante. Com essa noção marxista, vamos entender o significado da restauração capitalista, vamos entender o significado da derrubada da URSS, o lugar do estalinismo como órgão do imperialismo no interior do Estado Operário e a gravidade histórica da derrubada da URSS pela contrarrevolução termidoriana. Essa é uma ideia programática, com a qual temos de lutar a ferro e a fogo. Nesse sentido, a burguesia faz de tudo para eliminar da história da classe operária essa grande conquista. A transição iniciada do capitalismo ao socialismo não é um processo imediato, mecânico, mas uma luta histórica de não se sabe quanto tempo, mas, nós vivemos, o imperialismo objetivamente sobrevive na época da transição do capitalismo ao socialismo.

A segunda ideia, dentro de sua pergunta, refere-se à mecânica da Revolução Russa. A Revolução Russa vai ocorrer justamente no país mais atrasado da Europa. Uma Europa convulsionada pela primeira guerra mundial, uma luta intestina pela divisão das fronteiras nacionais, de ocupação de nações, de anexações. A emersão da revolução em um país como a Rússia trouxe problemas históricos de grande magnitude, como por exemplo a autodeterminação das nações oprimidas. Diante do problema da autodeterminação das nações oprimidas, a burguesia não pôde e não pode resolver porque em um sistema de opressão de classe sempre vai existir povo oprimindo povo, nação oprimindo nação. A conquista da autodeterminação real pela revolução e a formação da URSS demonstraram que essa tarefa, que é uma tarefa democrática, será resolvida na luta pelo socialismo, pela classe operária, o que nenhuma outra classe consegue. Isto foi uma grande conquista, mas, em um país de economia extremamente atrasada e arrasada pela guerra. A Rússia foi reduzida a escombros, tanto pela guerra mundial quanto pela guerra civil. Então você vai ver que a tese do leninismo, do marxismo, era e é de que a Revolução Russa para desenvolver o socialismo necessitava da revolução em outros países, principalmente de capitalismo avançado, que é a ideia da revolução internacional. Querer imaginar que a Rússia poderia desenvolver as forças produtivas socialistas isolada do restante do capitalismo, à margem da economia mundial, é uma tese estalinista completamente absurda. Querer que se desenvolvessem as forças produtivas socialistas, partindo de um país de economia tão atrasada, que dependia inclusive de fazer acordos com as potências para assimilar os avanços tecnológicos do capitalismo e assim aplicar na indústria soviética, mantendo-se no isolamento, era caminhar para a restauração. O governo soviético sob a direção de Lênin teve de aplicar uma política como a NEP, que era contraditória com a tarefa de construir o socialismo, porque fortalecia certas forças do mercado. Por exemplo, admitir que o capitalismo de Estado seria um progresso no caso da Rússia, sob o controle e centralização do regime soviético, seria um progresso, mas que teria de ser passageiro. Diferente, por exemplo das pequenas propriedades, que eram um fator de restauração capitalista. Essas contradições somente poderiam ser equacionadas e enfrentadas com a luta de classe mundial. Veja quantos problemas extraordinários a Revolução Russa trouxe. Isso não pôde ser equacionado por Marx e Engels porque só uma revolução é que traz os problemas de como construir as forças produtivas socialistas. Então essa é uma segunda ideia.

Dessa questão deriva a terceira. O que é que distingue o leninismo do estalinismo, ou o marxismo-leninismo do estalinismo. Temos plena consciência de que o pilar da revolução - do ponto de vista ideológico, do ponto de vista da compreensão, da visão mais profunda de todo o processo revolucionário - foi Lênin. Tanto é que Trotsky esteve em conflito com Lênin, quando houve a cisão dentro da social-democracia russa, sendo que Trotsky não ficou com os bolcheviques. Ele vai se equivocar na questão do partido. E vai reconhecer esse equívoco, mas, vai acertar em muitas outras formulações com a teoria da Revolução Permanente, que Lênin também vai formular por outros caminhos sem dar tanta ênfase teórica, mas incorpora nas suas ideias gerais a ideia da revolução

permanente, uma vez que correspondia à transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista e no seu caráter internacionalista proletário, bem como no reconhecimento das diferenças entre os países, pois não são iguais, são capitalistas, mas não são iguais. Um capitalismo de economia atrasada não é igual ao de um país de economia avançada. Um capitalismo de economia superatrasada onde existem expressões de pré-capitalismo muito forte é diferente de um país atrasado com uma economia mais industrializada, mais avançada. Então, a revolução permanente vai ter um valor muito importante para Trotsky que, no processo da revolução na Rússia, não aparecia, embora o resultado a estava comprovando. Qual era o resultado? Que a revolução democrática na Rússia seria realizada como um elo necessário para a revolução proletária. Então essa ideia esteve presente na própria Revolução Russa, mas ela não foi um elemento vetor, não aparecia como um elemento de discussão teórica que contrariasse a linha desenvolvida por Lênin, embora tivesse surgido já em 1905. Mas, ela vai revelar toda a importância justamente quando o estalinismo começou a se implantar como uma tendência contraposta a toda a construção leninista. Em que ela vai se chocar? Ela vai se chocar com a ideia de que, sem a revolução mundial, a Rússia não teria como desenvolver as forças produtivas socialistas. E aí está um elemento da revolução permanente que vai se elevar e ter uma grande importância nesse momento. Aí, vamos ver muito claramente como as formulações do Lênin são muito vinculadas às decisões práticas.

Lênin era um homem de ação cujas ideias nunca estavam fora das tendências práticas que ali se colocavam. A ideia de Lênin era que a Rússia passaria por uma grande dificuldade, se se mantivesse o isolamento mundial. Lênin morreu em 1924, e o problema estava apenas começando. A revolução vai se firmar em 1919, quando o proletariado vence a guerra civil e expulsa definitivamente os imperialistas que rodeavam o centro da revolução. É nesse momento que Lênin, nem bem começa a formular uma política de construção das forças produtivas socialistas, morre. Inicia-se historicamente uma cisão que começa de uma maneira pouco definida, mas que Lênin diagnosticou como o mal da burocratização no seio do Estado soviético. É claro que não podia ser muito bem definida, quando Lênin indicou que se estava apresentando um problema de burocratização do Estado, que tinha a ver com um princípio de burocratização do Partido. Não havia como construir o socialismo, se a classe operária não continuasse sendo o fator que impulsionasse todas as decisões. É a classe que impulsiona as decisões. Não podem ser decisões tomadas por um partido isolado da classe e apoiado na burocracia do Estado. O planejamento e as decisões têm de ser sempre expressão do proletariado. A tese dos perigos da burocratização assinalada por Lênin começa assim como um pressentimento, calcado em atitudes concretas típicas de burocratas e no fortalecimento da liderança de Stalin. Lenin estava muito doente, estava no leito de enfermidade e pensando em problemas dessa natureza, quando diz claramente: Stalin vai ser um grande problema para o Estado Operário. Lênin começa a luta contra o estalinismo, embora não fosse possível ter claramente definida o estalinismo como uma fração revisionista, que denominaria seu oponente como "trotskismo". Essa é a questão histórica desse processo.

Resposta à segunda pergunta

Tais considerações suas nos permitem inclusive responder a um problema da atualidade. A assimilação da análise baseada no materialismo histórico feita por Trotsky é fundamental. As condições de retrocesso provocado pelas revoluções derrotadas permitiram a consolidação do estalinismo. Começa em 1927 com a revolução chinesa, quando Trotsky desenvolverá suas profundas divergências com Stalin. A explicação do fenômeno do estalinismo, tendo por base o que se passava no mundo e a linha antileninista da III Internacional, que passa a ser desenvolvida no período posterior a 1924, evidenciava para Trotsky os reais perigos de um termidor no seio do Estado Soviético. A demonstração dos erros de orientação da III Internacional em relação à revolução chinesa se substanciou em luta contra uma traição, que levaria ao enfraquecimento da URSS. O que exigiu da Oposição de Esquerda Russa e em seguida da Oposição de Esquerda Internacional se lançar com todo empenho em defesa da URSS, ameaçada pelo processo de restauração capitalista que se gestava e se potenciava. Trotsky defendeu a URSS até o último momento de sua vida, uma vez que havia chegado ao ponto de compreender que a degeneração do Estado operário conduziria à derrocada da URSS, caso o

proletariado não recuperasse o controle do processo de transição do capitalismo ao socialismo. Na Oposição de Esquerda Internacional houve toda uma discussão muito dura e cisão sobre a caracterização da URSS. Trotsky defendeu com todo empenho e precisão que era importante ter clareza de que a URSS sofria degeneração, mas ainda conservava as conquistas da revolução, a base socialista da revolução. Por isso, tinha de ser defendida incondicionalmente contra qualquer ofensiva do imperialismo.

Essa posição era, de um lado, completamente contrária à daqueles que achavam que a Rússia já era capitalista, e, de outro, completamente oposta à linha do estalinismo que considerava a possibilidade de se construir o socialismo em um só país. Havia de se combater implacavelmente a ditadura burocrática de Stalin, mas defendendo a URSS diante do cerco imperialista. Então aí se vê a importância do núcleo dessa ideia que se encontra desde as primeiras formulações da Oposição de Esquerda.

Não é por acaso que o POR, como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, tem se dedicado a compreender e a explicar a Guerra na Ucrânia, procurando insistentemente evidenciar os seus vínculos com a desintegração da URSS. Essa guerra tem uma particularidade em relação às outras. Guarda traços semelhantes com as guerras provocadas pelo imperialismo, típicas do processo de decomposição do capitalismo. É uma guerra em que se tem a opressão nacional, observa-se interesses capitalistas de todo tipo, mas tem a particularidade de ser uma expressão da restauração capitalista. Nos deparamos exatamente com toda a formulação que Trotsky desenvolveu na luta contra a degeneração estalinista do Estado operário. Como você disse, Trotsky fazia não só diagnóstico como também prognóstico sobre a possibilidade do triunfo da restauração. Diagnóstico que se entra inconfundivelmente, em 1938, quando da aprovação do Programa de Transição. Tal diagnóstico se encontra desde quando ainda não havia sido expulso da Rússia. O embate contra o estalinismo começa em torno à questão do partido.

O Novo Curso contém uma discussão sobre o problema do Partido, sobre o lugar do Partido no Estado operário. Quer dizer, o partido não pode se confundir com o Estado Operário, ele é o dirigente do Estado Operário e não pode se submeter a uma burocracia e nem pode alimentar uma burocracia de Estado. O Partido Bolchevique tinha o dever de exercer a ditadura do proletariado, mas como um instrumento de fato da classe operária e não de uma burocracia. Enquanto houver Estado, haverá uma burocracia. Somente quando o Estado se extinguir, de acordo com a teoria marxista, - o Estado vai se extinguir porque é um instrumento de opressão de classe -, na sociedade comunista, então já não haverá burocracia. Mas, enquanto houver Estado haverá burocracia.

Em luta no interior do Partido Comunista, quando ainda havia possibilidades, Trotsky já assinalava que se o partido continuasse degenerando levaria a uma possível restauração. Assim, o prognóstico sobre os perigos da restauração está posto desde o início, não com a clareza e o desenvolvimento que se encontram na obra *A Revolução Traída* e outros documentos dos anos de 1930 e 1940. Trotsky desenvolve seus diagnósticos e prognósticos na medida em que os acontecimentos vão sedimentando a ação contrarrevolucionária do estalinismo: sucedem as etapas da burocratização e da brutal perseguição à Oposição. Depois falaremos dos processos de Moscou, a que você se referiu como um momento importante.

Nas etapas da burocratização, se vão evidenciando as contradições. O seu acúmulo poderia transformar a quantidade em qualidade. Mas, enquanto persistisse o Estado operário, por mais degenerado que estivesse, e as relações de propriedades nascidas da revolução se mantivessem, cabia a revolução política, que não era o mesmo que a revolução social. Justamente porque a revolução política destruiria o domínio da burocracia e restabeleceria o poder operário, de forma que não estaria colocada a expropriação, uma vez que não havia relações de propriedade privada a ser transformada. A revolução política consistia em uma reforma soviética. Essa é uma etapa decisiva do pensamento de Trotsky, que vem acompanhada da tese de que se o proletariado não reconquistasse o poder, a burocracia terdioriana levaria à restauração.

Depois de expulso da Rússia em 1929, os diagnósticos e prognósticos vão se tornando mais e mais consistentes. A documentação de 1929-31 é abundante nesse sentido. Veja que enorme dificuldade se erguia diante de Trotsky: não podia acentuar que a tendência mais provável era a de que se confirmasse o prognóstico da restauração, já que a crise de direção era profunda e a Oposição de Esquerda lutava na contracorrente dos acontecimentos. Sem a direção marxista-leninista, que Trotsky batalhava

por constituir, não seria possível a revolução política. Trotsky não poderia acentuar essa previsão. Contava com a virada na situação mundial, que poderia levar o proletariado a encarnar o programa do internacionalismo. Não havia nenhuma sombra de pessimismo, porque as condições objetivas para potenciar a revolução política como parte da revolução mundial estavam dadas. Não se encontra nos escritos de Trotsky a ideia de que, entre essas duas tendências, a maior probabilidade era a da restauração. Embora, hoje, podemos constatar que os obstáculos para a revolução política eram imensos, o que temos na trajetória do pensamento de Trotsky é um marxista-leninista lutando com o todas as suas forças para que não trinfasse a ditadura bonapartista e o termidor; para que não se agigantasse a contrarrevolução dentro da revolução.

Trotsky trava vários embates contra o Partido Comunista e a Terceira Internacional estalinizados. Destaca-se a Revolução Espanhola, que serviu de laboratório. Se o proletariado vencesse na Espanha em 1936, mudaria a correlação de forças em detrimento da Terceira Internacional e a favor da fundação da Quarta Internacional. Se o proletariado alemão avançasse contra o fascismo já em 1933, mudaria a correlação de forças entre a Oposição de Esquerda e a Terceira Internacional, enfraquecendo o revisionismo estalinista.

Esses aspectos da abundante formulação programática e teórica de Trotsky é de grande importância para a defesa das conquistas da Revolução Russa. Quando afirmamos que a derrocada da URSS interrompeu um processo concreto, não histórico geral, da transição do capitalismo ao socialismo, estamos fazendo uma defesa ferrenha da URSS. Porque foi a obra mais completa que a classe operária criou e ainda não se tem outra. Provavelmente, revoluções no futuro vão criar outras. Imagine uma Europa unificada, que resultaria na construção dos Estados Unidos Socialistas da Europa, por exemplo. Essa é a maior probabilidade, o que será a trincheira mais avançada para derrubar o capitalismo. Então acho que tem muita importância essa formulação.

Por tudo isso, o estalinismo viu no trotskismo um perigo. Embora Trotsky tivesse sido expulso e a Oposição de Esquerda estivesse bastante golpeada, a perseguição ao “trotskismo” se tornou cada vez mais violenta. Trotsky procurou, em 1927, constituir uma frente com Kamenev e Zinoviev que rompiam com Stalin, formando a Oposição de Esquerda Unificada. O intento fracassou. Homens de direção do partido bolchevique lutaram contra a formação da Oposição de Esquerda e ajudaram a consolidar a chefia de Stalin. Zinoviev, Kamenev, Bukarin, Radek etc. haviam se submetido ao estalinismo. De forma que a experiência da Oposição Unificada foi necessária como uma tentativa de mudar a correlação de forças no interior do Partido Comunista. A vitória final do estalinismo dentro do Comitê Central levou a um enfraquecimento extraordinário da Oposição, que nasceu acusada pelo estalinismo de antissoviética, antileninista e contrarrevolucionária. A burocracia tinha todos os instrumentos para difamar o percurso da militância de Trotsky, recorrendo à denúncia infundada de menchevique.

A luta que se dava no campo das ideias, das formulações, e no campo ainda organizativo, degeneraria em violência policial. Violência típica de uma ditadura bonapartista, de uma ditadura burocrática. Distintamente, a violência da ditadura do proletariado é uma violência de classe contra outra classe. Essa violência da ditadura burocrática é uma violência contra os próprios revolucionários, sendo, portanto, expressão de outra classe, e não do proletariado. Por esse caminho, se chega à monumental fraude, que foram os processos de Moscou de 1936 a 37. Os Processos de Moscou foram analisados e denunciados, inclusive, León Sedov, filho de Trotsky, que escreveu um folheto sobre os processos de Moscou. Nele, se encontra a previsão de que os processos estavam sendo feitos para, finalmente, assassinar León Trotsky. Está escrito com todas as letras, que não iriam se limitar às vítimas listadas e aprisionadas. Trotsky se achava confinado como exilado no México, não podia sair para lugar algum, vivia cercado por seguranças. A polícia política de Stalin encontrou uma forma de furar o cerco e assassinar Trotsky. O assassinato foi previsto Sedov como parte dos Processos de Moscou. Note que foi um assassinato na história que, desgraçadamente, confirmou um prognóstico. Um assassinato que não estava correspondia à força que Trotsky tinha, ou melhor, que a Quarta Internacional tinha, Apesar de que Stalin sabia muito bem avaliar a força das seções da Quarta Internacional, o temor dos estalinistas era grande. Estava claro que as seções da IV Internacional eram muito fracas. Não tinham penetração no proletariado. Mas a força das ideias, a sua correção histórica e a possibilidade de vir fortalecer-se é o que justificava o assassinato do Trotsky. Os Processos de Moscou vão eliminar a velha direção justamente para não permitir que a Oposição

viesses ter qualquer expressão na URSS, que se pudesse potencializar internamente. Então havia que liquidar os velhos bolcheviques. Trotsky não confiava em Kamenev e Zinoviev porque sabia da posição centrista deles e da colaboração que tiveram na criação do estalinismo. Eles foram responsáveis pela criação do estalinismo. Observe, então, a importância da previsão de Trotsky de que, se não se viabilizar a revolução política, virá a queda da União Soviética. Os estalinistas sabiam que essa previsão de Trotsky era certa. Sabiam perfeitamente que estavam levando ao fim da União Soviética. Parece-me que essa é uma ideia acerca do assassinato do Trotsky, que tem um valor muito importante, e que as correntes que se dizem “trotskistas” não se importam. Você pode ver que essas correntes não se dedicam a formular a sua política presente assentada nessa rica experiência, rica e trágica.

Podemos dividir esse percurso de Trotsky em três momentos. O primeiro diz respeito à origem da Oposição de Esquerda, momento em que se colocava a luta para vencer dentro do Partido Bolchevique a direção estalinista que se vinha configurando. Essa etapa vai justamente até o período de 1927 a 1929, quando Trotsky será expulso. Desligado do Comitê Central, já não tinha como travar a luta interna ao Partido. O segundo é quando considera que a Terceira Internacional ainda poderia ser recuperada. E que era possível derrotar a fração estalinista reivindicando-se como uma fração internacionalista. O trotskismo se reivindicou como uma fração revolucionária surgida no interior do Partido Comunista. O terceiro momento ocorre quando Trotsky conclui que já não havia possibilidade de reverter o processo de estalinização da Terceira Internacional. Já não poderia permanecer como fração. Se insistisse nessa posição do passado, acabaria como traidor. E qual foi o acontecimento de maior magnitude que o obrigou a fazer a mudança? Foi o ascenso do nazismo, do nazifascismo. Em 1933 Trotsky muda a posição, justamente quando Hitler ascende ao poder.

Os erros esquerdistas do terceiro período e, em seguida, o oportunismo da política de colaboração de classes da Frente Popular, aprovada no Sétimo Congresso da III Internacional, foram provas de que não havia mais possibilidade de reverter esse processo internamente. Nesse momento decisivo, Trotsky conclui que era imperativo construir uma outra Internacional. Isso se passa em 1933, mas se desencadeia uma divergência, uma parte da Oposição de Esquerda se coloca contrária. Criou-se uma certa inércia em parte da militância. Uma virada dessas foi vista como perigosa, mas o Trotsky afirma que aquela era a hora. Foi o que Lenin fez, diante da constatação de que a II Internacional rompera definitivamente com o marxismo. Trotsky se vale dessa atitude convicta de Lenin. Nota-se que a minha referência a três grandes momentos do percurso de Trotsky se verifica, em certo sentido, às etapas por que passou a formação do partido bolchevique em sua luta contra a socialdemocracia. Vai ser bem típica a luta de Trotsky contra o estalinismo. Esse era o grande problema. Já não era mais a socialdemocracia, era o estalinismo. Há que considerar a socialdemocracia, certamente, sempre como perigosa.

A Quarta Internacional vai surgir em um quadro onde já estava claro o triunfo do estalinismo dentro do Estado operário. E estava claro que o estalinismo como uma força contrarrevolucionária já controlava os partidos comunistas do mundo inteiro, com as suas teses reacionárias, inclusive colaborando para a derrota da Revolução Espanhola. Quarta Internacional vai surgir nesse quadro de profundo retrocesso. Diferente da Terceira que, embora surgisse em meio a uma guerra, contou com as forças revolucionárias em ascensão. O que vai acontecer aqui é que as forças revolucionárias começam a ser derrotadas e há um processo de retração com a ascensão do nazismo na Alemanha em 1933. Por isso é que você vai ver que, dali a 5 anos, em 1938, quando foi fundada a Quarta Internacional, não teve como ultrapassar a condição de uma organização embrionária. Do ponto de vista organizativo, era embrionária. Não contava com seções fortes implantadas na classe operária. Para se potencializar, dependia de um trabalho por toda uma época. Se a direção que se encarregou de dar continuidade à obra tivesse entendido e encarnado esse processo, poderia ter, depois do assassinato do Trotsky, voltado ao proletariado para impulsionar a Quarta Internacional. O que fez a direção sucessora de Trotsky? Que dirigente estaria à altura para dar continuidade à obra do Trotsky? Se na Rússia não contasse com Trotsky para ser o herdeiro do Lenin, quem seria? Se tomarmos o que se passou. Se não surgisse outro, nenhum daqueles que estavam ali cumpriria essa função, nesse lugar, nesse espaço. O fato é que a direção da IV Internacional, sem a presença de Trotsky, não se achava à altura de manter o combate ao estalinismo, como parte do combate ao capitalismo. Acabou sucumbindo ao revisionismo, e desintegrando a IV Internacional

O Programa de Transição vai ser uma síntese de um processo que vem da Revolução Russa. A própria Revolução Russa expressa liames históricos da Comuna de Paris, e, portanto, da luta de Marx e de Engels pelo internacionalismo proletário. A particularidade do programa da IV Internacional é que expressa a luta contra a restauração capitalista. Essa é a maior importância do Programa de Transição. Se não fosse essa particularidade, bastaria o programa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista. Se a III Internacional tivesse degenerado, a realidade seria outra. Qualquer problema que se precise responder pode-se recorrer aos Quatro Primeiros Congressos da Terceira Internacional. Se você quiser entender o Programa de Transição tem de ir a essa fonte programática. Ali se encontra o programa internacional mais avançado, que o Programa de Transição não podia superar, caso não tivesse de responder ao fenômeno histórico da degeneração do Estado operário, ao processo de restauração capitalista e à crise de direção. O que o Programa de Transição faz é conservar, de um lado, e defender, de outro, porque a luta contra o estalinismo surgiu em defesa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista. Por isso que a Quarta Internacional não só aprova em sua Conferência o Programa de Transição, mas também toda a luta de Trotsky para conservar e aplicar o programa da Terceira Internacional da época de Lenin e do próprio Trotsky. Vê-se aí a transcendência histórica da questão.

O problema terrível foi que os dirigentes não se colocaram à altura de se forjar assimilando as experiências da luta de classes mundial, o titânico enfrentamento de Trotsky à contrarrevolução e o patrimônio programático do marxismo-leninismo-trotskismo, e acabaram por dissolver a Quarta Internacional. Qual foi o maior desastre da Quarta Internacional depois da morte do Trotsky? Foi que a direção se curvou diante do aparato estalinista. Não conseguiram dar continuidade à luta contra a destruição da URSS. Essa foi a tragédia da direção da Quarta Internacional, que, em 1953, iniciou uma revisão. Baseada em que se inicia a revisão? No fortalecimento do estalinismo, que saiu fortalecido como parte da aliança vencedora na Segunda Guerra Mundial. Uma aliança da qual saiu fortalecido provisoriamente, porque o imperialismo saiu fortalecido acima de tudo, saiu com a hegemonia norte-americana que passou a reestruturar as relações mundiais, voltada a sufocar e quebrar a URSS. É por isso que a Quarta se estilhaçou, e todo esse amontoado de correntes é o resultado do revisionismo. E como essas correntes não vão buscar suas raízes no revisionismo continuam no atoleiro.

A Quarta Internacional foi fundada em 3 de setembro de 1938, em seguida Trotsky foi assassinado em 20 de agosto de 1940. Há um vínculo muito claro entre a fundação da Quarta e o assassinato de Trotsky. Esse é o balanço histórico que somos obrigados a fazer. Se não fizermos muito bem esse balanço histórico, não vamos compreender a destruição da URSS. Temos que defender a URSS a morte, como a mais avançada cidadela da revolução mundial. Não é um acontecimento para ficar enterrado no passado. A URSS foi destruída por uma contrarrevolução e precisa de uma outra revolução para reconstruí-la. O que Trotsky afirmava todas as letras? Se o estalinismo, a contrarrevolução, o termidor, se impuser, vai ser necessário uma “nova Revolução de Outubro”. Se não entendemos muito bem o processo de restauração, não temos como nos apoiar nesse fundamento, que é o da nova Revolução de Outubro. As correntes que somente em palavra se reivindicam do trotskismo pouco importam a defesa no presente das conquistas da Revolução Russa. A URSS, para esses socialistas pequeno-burgueses, ficou no passado. Agora, o socialismo para eles é um socialismo pós União Soviética. E nós dizemos, não. O socialismo está ancorado na URSS, que será reerguida por novas Revoluções de Outubro. Essa é minha compreensão, e me parece que também é a do POR e do Comitê de Enlace.

Resposta à terceira pergunta

A questão da crise de direção às vezes é usada em abstrato. Estamos diante de um precipício, que está aumentando diante de nós, então falamos de crise de direção. Mas a crise de direção tem de ser entendida nos seus fundamentos históricos. Partindo dos fundamentos históricos, os marxistas lutam para superar a crise de direção. Quando Trotsky redigiu o Programa de Transição, a crise de direção tinha determinadas características e expressava determinados daquele momento envolvido na iminência da Segunda Guerra Mundial. A crise de direção correspondia justamente ao processo de burocratização e de praticamente liquidação da Terceira Internacional. Essa era a crise de direção. Expressa concre-

tamente. Tomemos o período anterior, o da Primeira Guerra, em que afunda a Segunda Internacional, na época de Lênin. Se não houvesse uma luta, triunfasse a política revisionista da socialdemocracia e não se construísse a Terceira Internacional, de alguma forma, haveria a crise de direção. Isso porque as condições objetivas do capitalismo estão maduras para a sua transformação socialista e a luta de classes se polariza, mas o proletariado não conta com sua direção revolucionária. A crise de direção se apresentou na Primeira Guerra com a traição da II Internacional, no entanto foi superada porque a revolução na Rússia contou com um partido à altura dos acontecimentos, que era internacionalista e que antes mesmo da vitória passou a trabalhar pela formação da Terceira Internacional. O Programa de Transição, quando se refere à crise de direção, está se referindo ao fato do revisionismo, que realiza o estalinismo ao internacionalismo proletário, também às inúmeras derrotas da classe operária que vão ocorrer não por falta de luta, mas pela traição das direções. Veja que a questão da Revolução Espanhola, em 1936, teve um peso enorme na projeção da crise de direção.

Hoje, quando falamos da crise de direção, nos referimos à destruição da URSS. A crise de direção hoje foi o ponto em que a restauração terminou derrubando a URSS. Então essa crise de direção que enfrentamos hoje é mais ampla e profunda que a do momento em que se aprova o Programa de Transição. Quando Trotsky reconhece a crise de direção, contém a seguinte ideia: a Quarta Internacional e nossa luta podem vencer a crise de direção, se derrubarmos a burocracia. Como não houve possibilidade chegar até a revolução política a crise de direção se impôs, foi o fator histórico determinante. Se houvesse uma revolução política, o fator determinante não seria a crise de direção. Seria a reconstituição da direção, do curso revolucionário. Seria retomar o curso revolucionário de 1917, é o que aconteceria. Como não aconteceu assim, a crise de direção não somente se manteve como se agravou. Qual a crise de direção que hoje atinge a classe operária? É a da mais completa desorganização mundial. Os partidos comunistas estalinizados se desmoronaram e a III Internacional foi liquidada, mas a Quarta Internacional não se edificou. Para que a vanguarda revolucionária tivesse reagido a tamanho desastre histórico, teria de ter constituído os partidos marxistas-leninistas-trotskista no seio do proletariado.

Estamos diante da guerra na Ucrânia que é bárbara e a classe operária está ainda amarrada pelas suas direções burocráticas e pró governamentais, de forma que a classe operária não está reagindo e se acha em atraso diante dos acontecimentos. Se a classe operária estivesse se erguendo contra a guerra na Ucrânia, o programa proletário iria se potenciar. A crise de direção hoje é mais profunda do que quando foi formulado no Programa de Transição. Se nós não tomarmos consciência do caráter histórico da crise de direção, que corresponde à ausência de um movimento pela construção dos partidos internacionalista, atrasamos mais ainda a marcha de sua superação.

Particpei em um debate, no dia 23, realizado pelo Comitê Mário Pedrosa, sobre os 83 anos do assassinato de Trotsky. Um debatedor, membro do Movimento de Esquerda Socialista (MES) falou: os agrupamentos trotskistas, as correntes trotskistas, são pequenas, marginais, enquanto nós que estamos no PSOL nos fortalecemos, estamos crescendo. Que tese é essa? Essa é a tese oportunista. Para justificar a sua subordinação a um partido como o PSOL - que nasceu com as marcas do reformismo pequeno-burguês e que já capitulou diante do governo burguês de Lula, que já faz parte do governo - nos acusa de sectarismo, para ocultar o seu oportunismo. Por que o POR ainda é embrionário depois de 34 anos? Porque a crise de direção é tão profunda que o marxismo foi tirado da classe operária, arrancado da classe operária. Tome a história do Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1940, o Partido Comunista chegou a eleger até senador. O Partido Comunista tinha comitês de fábrica e grande ascendência sobre o sindicalismo. A ideia do comunismo se projetou no Brasil como reflexo da Revolução Russa, de resto em todo o mundo. No Brasil, a industrialização foi se estabelecendo, proletariado se formando e a luta de classes se impondo. Como o anarquismo acabou perdendo força, o comunismo veio à tona, criou-se o Partido Comunista. Então uma parte da classe operária se identificava como comunista, votava nos comunistas. Essa conquista da classe operária foi sendo mutilada pela colaboração de classes. Temos hoje uma classe operária que desconfia do seu sindicato. Uma classe operária que não quer se sindicalizar, que diz que não quer dar dinheiro para os sem-vergonhas. Eu ouvi operários dizer na porta da fábrica, que não confia no sindicado, confundindo-o a direção burocrática, venal e traidora. Então por que se sindicalizar? Por isto. Não sei se você viu uma entrevista dada a Mesa de Debates por um operário que foi demitido pela Volkswagen em clara perseguição política. Disse

que havia se desfilado do sindicato. Aí veio a pergunta: se não estava errado em falar que se desfilou. Errado está. O problema é que subjetivamente agiu com uma revolta individual e a revolta individual dele era se desfiliar, mas continuava na oposição lutando contra a burocracia sem estar filiado ao sindicato. Esse é um pequeno exemplo do retrocesso que a classe operária viveu. E aí vem o problema porque nós só podemos intervir na defesa da luta da classe operária com as ideias revolucionárias. Nós não podemos ocultar da classe operária, devido ao seu enorme atraso, a ideia da revolução, da ditadura do proletariado, da ocupação de fábrica, do controle operário da produção. Nós não podemos ocultar o conceito de burguesia, não podemos ocultar o conceito de reformismo, de exploração de classe, nada disso pode ser ocultado. São ideias que no passado classe operária havia em certa medida assimiladas. Essas ideias foram arrancadas da classe operária. Temos de trabalhar para que volte a encarnar. E essa é uma luta que exige muita firmeza do partido. Se não tiver firmeza ideológica, se procura os atalhos mais fáceis. Qual é o caminho mais fácil? Vamos votar no Lula porque vamos derrotar o fascismo. Esse é o caminho fácil. Quando toda a burocracia sindical lulista está vendendo a classe operária diariamente para as multinacionais. Sabemos disso porque atuamos no fechamento da fábrica da Ford. Nós estivemos como nossa linha revolucionária e com as bandeiras apropriadas para a situação. Os burocratas do sindicato chegaram a arrancar Boletim Nossa Classe de nossas mãos na Mercedes Benz. Fizeram ameaças físicas, essa é a direção do sindicato. Então vêm os pseudos trotskistas, que se submeteram ao PT e Lula, pregar que temos de combater o fascismo. Esse ditadorzinho do sindicato, que age como elemento da ditadura de classe da burguesia, combate o POR com a bandeira da democracia. Agora, o representante do MES, comprometido com o PSOL, pergunta: por que as organizações trotskistas são pequenas? É preciso sair da marginalidade e ser grande. Mas como vamos ser grandes? Vamos atrás de eleição, vamos nos meter no parlamento, vamos nos meter na corrupção da política burguesa. Essa é a fórmula do oportunismo. Não se resolve a crise de direção, a não ser lutando no seio dos explorados com as armas da revolução proletária. Para aqueles que trilham o oportunismo, isso é estar no mundo da lua. Mas para nós não. Para nós é o que fazemos diariamente. Nos guiamos por essa tarefa histórica em tudo que fazemos. Quando estamos lutando pelo salário mínimo, estamos lutando pela reconstrução da Quarta Internacional, quando estamos lutando contra a terceirização, estamos lutando pela revolução proletária. E o que fazem os reformistas, que se dizem trotskistas e que se apoiam no Programa de Transição? Eles rompem o programa mínimo e do programa máximo. Eles fazem isso. Então esse é o problema da crise de direção. Muito sério, e nós levamos muito a sério.

Resposta à quarta pergunta

O Programa de Transição é um método e uma orientação geral. A velha socialdemocracia separava o programa em mínimo e máximo. Por que a velha socialdemocracia fazia isto? Porque estava expressando ainda o capitalismo da fase liberal, de reformas. Por isso que a ideia de um programa mínimo seria possível de ser conquistado dentro do capitalismo. Então eles separavam. Nessa separação, se tem a base do reformismo e do oportunismo. O bolchevismo, já na época em que o capitalismo se encontra esgotado historicamente, estabelece que programa de reivindicações fundamentais, que é o programa mínimo, só vai se impor à burguesia pela via da revolução. Não falamos aos operários que não vamos conquistar o salário mínimo no capitalismo, que primeiro tem de vir a revolução para depois se ter o salário mínimo. Isso seria mecanicismo. Falamos que o salário mínimo vital, que defende a família, e a escala móvel das horas de trabalho, que garante emprego a todos, somente se conquista através dos métodos revolucionários da classe operária. E diante dos métodos revolucionários da classe operária, a burguesia vai reagir contra e vamos ter de preparar as condições para derrubar a burguesia. Aí está o método do Programa de Transição, que corresponde ao vínculo, uma ponte, entre o programa mínimo e o programa máximo. Não estamos, evidentemente, obrigados a falar constantemente da estratégia que é a luta pelo socialismo.

A segunda questão é sobre as particularidades nacionais. Estudando bem o Programa de Transição, veremos que tem considera a distinção entre os países de economia atrasada, semicoloniais e os países avançados, imperialistas. Aplicação do Programa de Transição na URSS, é distinta em suas particularidades, embora esteja condicionada às leis gerais do

capitalismo e das transformações socialistas. Se tomarmos o Programa de Transição para a URSS, hoje ex-URSS, é a mesma coisa que o Programa de Transição que seria aplicado ao Brasil? Claro que não. Mas os fundamentos gerais da aplicação do Programa no Brasil e na URSS são os mesmos? Sim. Nós nos baseamos nos fundamentos gerais do programa do marxismo, que são as leis da história que levam à revolução proletária. Isto em qualquer país. Baseamos o programa nesses fundamentos gerais. Agora, as particularidades colocadas no Programa de Transição para a URSS estão definidas: se o proletariado não derruba a burocracia, virá o capitalismo, haverá a restauração. Está elaborado de forma inconfundível. Afirma que é preciso recuperar os soviets. Aquela parte do programa não se aplica ao Brasil. Não temos soviets no Brasil, nem em lugar algum do mundo. Nesse caso, a posição programática é a de que a formação de soviets ou organismos correlatos, a exemplo da Assembleia Popular na Bolívia criada em 1971 e derrotada pelo golpe fascista de Banzer, é uma tarefa a ser cumprida.

O Programa de Transição contém certas particularidades da revolução mundial que são ditadas pelos fenômenos concretos da luta de classes, pelo domínio de classes que aparece em cada lugar, em cada país. Por isso, temos de aplicar o Programa de Transição, por exemplo no Brasil. O peso da escravidão no programa da revolução no Brasil, na formação histórica do País e, em especial, da classe operária, é distinto, por exemplo, na formação histórica da Argentina? A estrutura latifundiária, a estrutura da terra no Brasil, não tem particularidades muito distintas em relação à da Argentina? A agroindústria brasileira, por exemplo. Mesmo que ambos os países tenham uma agroindústria avançada, continuam a conservar particularidades. Por exemplo, a Argentina tem os problemas regionais que o Brasil tem? Não tem. Tem o problema o problema indígena? Tem. Lá existem os mapuches, mas é uma particularidade, cujo peso é distinto por exemplo da Bolívia. A força dos indígenas na Bolívia, no Peru, no Equador é incrível. O peso dos indígenas na Amazônia tem uma particularidade. Se for ver a distinção entre o peso dos indígenas da Amazônia e o peso dos indígenas no Equador, na Bolívia, no Peru para a revolução é distinto.

Então, o programa contém as leis gerais, e aí que está o problema, como é que a partir das leis gerais se expressam as particularidades da revolução. Essas particularidades da revolução são particularidades nacionais. Mas as particularidades nacionais são determinadas pelas leis gerais do capitalismo, portanto, é internacional. O Programa de Transição é isso. Agora, essa gente tem o Programa de Transição para nada. Eles falam que estão de acordo com o Programa de Transição em palavras, não constroem. Agora, construir um partido revolucionário, aplicando firmemente esses conceitos nas condições de retrocesso histórico que vivemos, implica continuar nadando contra a corrente, como Trotsky caracterizou no Programa de Transição. E nós estamos numa situação muito mais difícil, que em 1938. A crise de direção hoje é muito mais profunda que a época em que Trotsky ainda lutava pela revolução política.

Encerramento da entrevista

Só para encerrar esta entrevista, dizer a todos que estão nos ouvindo, que refletissem sobre a importância de construir o partido marxista-leninista-trotskyista. Que refletissem que a construção do partido revolucionário não é um mar de rosas, mas um mar de espinheiros. E é aí que formam e testam os revolucionários. Aqueles que renunciam a sua vida cômoda, ou que, se as vezes não é cômoda, tendem a se acomodar, passam a fazer parte ativa das leis da história, e, portanto, da luta pela libertação dos explorados, pelo fim do capitalismo e pela construção do socialismo. O trabalho de construir o partido é a obra histórica de maior importância que temos na vida. É o que temos, porque fora dela, fora do trabalho revolucionário, o que temos é a barbárie.

Vivemos em meio a uma barbárie incrível. Veja diariamente os assassinatos que a polícia pratica aqui em São Paulo, inclusive ocultando os cadáveres, que agora estão descobrindo a operação policial na Baixada Santista deixou mais de tem vinte mortos. Começaram com um número pequeno e, de repente, vão aparecendo os cadáveres, tudo para ocultar a violência policial. E, na Bahia, que é um estado dirigido pelo PT. Quantos assassinatos! Quem são as vítimas? São os pobres, principalmente pretas. A juventude negra sofre uma opressão dupla. Essa é a barbárie. Quando falamos da barbárie que se apresenta no horizonte, trata-se dos perigos de uma terceira guerra mundial. Mas, o certo é que já estamos vivendo na barbárie. O capitalismo está mergulhado na barbárie. Se as forças revolucionárias do proletariado não se levantam, a barbárie tende a avançar cada vez mais.

É nosso dever estudar o marxismo, estudar as experiências, dedicar o tempo a estudar as revoluções, as lições. É isso que estamos discutindo hoje, as grandes lições da história, uma lição prática da história. A luta que travamos dia a dia tem seus progressos, mas são progressos que não aparecem imediatamente. O POR tem uma produção que, se se considerar nossas forças embrionárias, é uma produção significativa. Os onze livros que publicamos - estamos preparando o décimo segundo, dedicado ao trabalho de Guillermo Lora - e os mais de duzentos folhetos espelham o cuidado com o aproveitamento das experiências da luta de classes e das conquistas teóricas do socialismo científico. Temos uma infinidade de folhetos sobre todos os temas, sobre todas as questões fundamentais para a luta dos explorados. É um trabalho que não aparece com a força que expressa. Isso porque as forças sociais ainda não elevaram esse trabalho. Mas, vão levá-lo à altura de seu real valor.

Os marxistas não esperam comodamente, nem se desesperam diante das dificuldades, não nos desesperamos diante da crise de direção. O que fazemos é procurar assimilar o método do materialismo histórico. Referimo-nos ao método científico do marxismo, e agir de acordo com o método do materialismo histórico. Temos claro que essa assimilação é coletiva, não resulta do trabalho individual desvinculado das relações coletivas próprias da militância. O esforço individual é de grande importância, mas o próprio esforço é produto da elaboração e prática coletivas. Não é propriedade de Lora, de Lênin etc. Pertence à classe operária, e a todos explorados. A natureza desse trabalho coletivo resulta como expressão dos instintos revolucionários da classe operária. Eis por que trabalhar firme para construir o partido é a condição para a vanguarda se vincular aos instintos revolucionários da classe operária. Trabalhar firmemente para construir o partido é se ligar às dores da classe operária. Trabalhar firmemente para construir o partido revolucionário é se ligar à fome de milhões que pertencem à maioria oprimida. É isto que dá sentido às ideias, é isso que dá sentido, inclusive, a uma discussão como essa de hoje.

Agradeço, em nome do Partido Operário Revolucionário, a possibilidade de falar sobre a fundação da Quarta Internacional, que se deu no dia 3 de setembro de 1938, e sobre o assassinato de Trotsky ocorrido em 20 de agosto de 1940. Nessas datas, aproveitamos para aprender. Nós não aproveitamos esse momento particular para jogar confetes ao revolucionário. Trotsky não aceitaria. Nos jogaria pela janela afora. Nós fazemos para aprender e para ensinar, para que aos outros aprendam e nós apreendemos. Por isso que sempre aproveitamos para estudar coletivamente a obra que deixou para o proletariado e a sua vanguarda consciente. Temos de aprender nesse momento o que não sabíamos e aperfeiçoar o que sabemos. O marxismo é uma conquista extraordinária da humanidade, é um mundo científico que alcança a dimensão de um continente. Estamos mergulhados nesse continente. É isso que nos dá força para continuar diante de todas as adversidades. Era isso que queria transmitir para concluir. Mais uma vez, obrigado!

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas
(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**